

ÁUDIOS TRANSCRITOS

141125-082038

Bom, finalizando, só queria agradecer a contribuição de todos. Eu acho que foi extremamente produtivo para nós, para a equipe da FGV que está com a responsabilidade de produzir esse diagnóstico. Lembrando que a integração entre as áreas virá na sequência. A integração entre as áreas virá na hora das proposições. Justamente por isso, o diagnóstico é feito muito setorialmente.

Nós teremos o diagnóstico da área de cultura, teremos o diagnóstico da área de habitação, de mobilidade, de infraestrutura, de urbanismo. Quer dizer, a gente faz o diagnóstico de maneira totalmente separada e depois, na hora das discussões, das diretrizes, aí sim, vira a integração de uma equipe multidisciplinar e, por isso, uma reunião temática como essa no diagnóstico, no momento de cada diagnóstico, como está sendo feito separadamente, é lógico que, em vista dessa conversa aqui de hoje, com certeza nós vamos trazer subsídios já vistos, mas não há assim, não dá para a gente no diagnóstico pensar em mobilidade, de infraestrutura, tudo ligado a patrimônio.

A ideia é setorizar, porque a gente tem especialistas em cada área para justamente depois poder fazer a junção. Então, por isso essa reunião técnica e comum foi muito interessante. Estão presentes aqui, representantes de todos os órgãos de patrimônio, carnaval, turismo, que era exatamente o que a gente precisava para ajudar a equipe a olhar com uma lupa determinados temas que às vezes não estão no radar de cada um.

Então, queria agradecer e colocar a FGV à disposição. Gostaríamos de receber esses insumos para que a gente possa avançar no trabalho.

Oi gente! Eu queria agradecer. A gente tentou convidar uma diversidade dentro do tema de trazer atores novos, de um outro pensamento e dizer que o site provavelmente semana que vem deve estar pronto. Toda gravação vai estar no site.

A gravação, bem como a transcrição vai estar no site e agradecer muito pela colaboração. Eu acho que vocês trouxeram muitas contribuições. Vai ser muito importante pra gente, pra servir e dizer que essa é bem como já está a disposição para qualquer dúvida, qualquer participação, vamos ter um link dentro do site escrito. Participa Salvador, que vai estar aberto ao público.

141125-085641

Este é o primeiro fórum dentro do PDDU, da revisão do PDDU. Peço desculpas pela intercorrência. Todo o fórum vai ser gravado e filmado, porque é uma das prerrogativas do Estatuto da Cidade.

Ressaltando, esse fórum é um fórum técnico e é com grande satisfação que nós, da SEDUR, recebemos vocês para discutir o patrimônio e a cultura. O PDDU está sendo feito de uma maneira participativa, com a universidade, com todos os envolvidos. A gente fez questão de convidar diversos segmentos da sociedade.

Lembrando que é um fórum especificamente técnico, onde as pessoas que estão aqui e que vão discutir têm um conhecimento prévio. Não é um fórum para a sociedade civil. A audiência pública vai ser a posterior.

Hoje é uma equipe técnica que vai discutir os pontos-chaves dentro desse fórum, desta matéria, sobre os pontos que precisamos melhorar e o que poderemos fazer pela cidade. Outro ponto é que o PDDU vai ser feito com base na ODS e com enfoque em mudanças climáticas. Temos uma especialista em mudanças climáticas para tentar ver o que pode ser feito para minimizar os efeitos.

Vou passar agora para a Silvia, da FGV, que é quem vai fazer uma abordagem mais técnica. Foi uma questão de ordem. Sou Hortência, sou promotora de justiça há quase 30 anos.

Participei de vários processos do plano diretor, acompanhei a chegada de Tânia, de 2008, depois o famoso PDDU da Copa de 2012, depois estive muito presente na elaboração de 2016. E o que a gente vê aqui hoje é um retrocesso muito grande. Nós temos essa reunião hoje sem publicização, ela é oficiosa.

Nenhum documento da atualização do plano diretor foi divulgado. Não está no site da SEDUR o termo de referência, o contrato, o plano de trabalho e, muito menos, o plano de mobilização. Então, não existe nenhuma divulgação e, em função disso, não tem sentido a gente começar o plano diretor, o primeiro ato da atualização do plano diretor com a reunião técnica formada nesses moldes.

O Ministério Público fez um ofício ontem advertindo o secretário quanto à necessidade de suspender esta audiência e eu vim novamente arguir essa questão de ordem. Não é possível realizar, é atropelar um processo correto. Nós temos um plano, a FGV tem como produto dois, um plano de participação, comunicação e mobilização.

O primeiro ato é uma reunião para discutir com a sociedade o plano de mobilização. Isso não é nenhuma novidade para o plano diretor de 2016. Em 2014, o primeiro ato, conduzido por Sílvio Pinheiro, então secretário, e pela Fundação Mário Leal, através de Tânia Scofield, foi a discussão do plano de mobilização em um grande evento realizado na Arena Fonte Nova.

Então, não tem sentido a gente começar com um documento técnico que não teve divulgação, que não tem conteúdo, que não tem pauta e que as pessoas que aqui estão hoje não sabem nem do que vão tratar. Porque eu mesma achei que era patrimônio e cultura tinha a ver com o patrimônio da cidade, com o patrimônio coletivo, com os bens pertencentes também, e não só o patrimônio cultural. Então, olhe que eu sou promotora e tenho acompanhado vários planos diretores e tive essa dúvida.

Não tem a lista das pessoas que foram convidadas, que são nossos experts em patrimônio cultural, não estou vendo todos aqui, nenhuma representatividade expressiva. Então, me parece que a FGV, com toda a sua capacidade, deve refletir e até se vai continuar acompanhando esse processo dessa forma, se vale a pena esse tipo de desgaste, esse investimento. Temos o fato muito grave que eu venho falando com a coordenadora, que é a atual coordenadora da comissão, desde novembro do ano passado, já tem um ano, da necessidade da realização dos estudos técnicos prévios e imprescindíveis à elaboração do plano diretor.

Os últimos estudos com dados de campo foram feitos em 2004, na época que Kátia Carmello era secretária e conduziu o processo de revisão do plano diretor. É de lá os dados. No plano de mobilização da FGV, ela informa que não vai fazer levantamento de dados diretos.

Então, não dá para a gente pensar numa cidade pós-pandemia, numa cidade em que teve 200 mil pessoas que foram embora, numa cidade em que as facções criminosas chegaram para o desespero da segurança urbana, num processo, nos fenômenos que a gente tem de “*smatirização*” da cidade, de uberização da cidade, sem saber como está a nossa cidade no uso do solo, na ocupação do solo. A gente não tem dados quanto a isso. São de 2004.

Então, não tem sentido essa reunião hoje. Ela não tem oficialidade, ela não tem publicidade, ela não tem transparência, que são essenciais para o processo. Então, vai começar com o pé esquerdo e começa muito mal a FGV, começa muito mal o município de Salvador em fazer o primeiro ato de atualização do plano diretor nesses termos.

Não é possível e nós vamos caminhar para judicialização. Judicialização por falta de transparência. Não tem nenhum site institucional onde estão divulgados, não tem um meio de comunicação.

Se você quer acessar essa reunião, não está divulgado. João, que está aqui, recebeu ontem. Fábio Velame recebeu a convocação ontem, 24 horas antes.

Então, não tem sentido. O conselho da cidade não foi, o conselho municipal não foi nomeado, não houve a instalação do conselho, que é um órgão de consulta e acompanhamento do plano diretor. Nélia não tem experiência, nunca atuou no plano diretor.

Perceba que você está um pouquinho solta, um pouco perdida nesse processo e eu estou tentando contribuir. Vamos recomeçar. Suspende-se esse momento, porque não tem sentido, não teve divulgação adequada.

As pessoas que conhecem o tema não estão aqui na sua integralidade. Temos grandes experts na matéria e não tem sentido. Não houve.

Qual é a metodologia? Vocês leram algum documento antes de vir para aqui? Vocês não contribuíram em nada? Então, para que ela ache uma contribuição produtiva, é preciso saber a pauta, a metodologia, o conteúdo, ter documentos que instruem para as pessoas lerem e se capacitarem antes de estarem aqui. Então, eu sugiro

que seja suspensão, proponho, até rogo que vocês reflitam, não pensem, pensem de forma conscienciosa e vamos recomeçar. Vamos recomeçar fazendo a reunião para discutir o plano de mobilização, porque o processo é participativo, não é a audiência pública que assegura a participação.

É um processo, é a série de atos que são participativos. Nós tivemos o termo de referência pífio, sem contribuição da sociedade, porque não foi disponibilizado. Sei que a FGV deve ter tido muita dificuldade a partir daquele termo de referência extremamente lacunoso, diria até colonial.

Me parece, então, que a gente caminha para um péssimo plano diretor se a gente seguir nessa linha. Não é o que queremos, amamos Salvador. Se a FGV chega para contribuir, sejam bem-vindos.

Por isso que falei, vocês são bem-vindos, vocês são os forasteiros, vocês não conhecem a nossa história recente da elaboração do plano e as diversas judicializações. Então, para começar corretamente, para que a gente tenha um processo, não tem nada de participação, nada. Nenhum documento foi publicizado.

Que forma participativa é essa? Até agora nada foi divulgado, nada foi publicizado. Eu requeri inúmeras vezes. A FGV apresentou o plano de comunicação em agosto.

Foi encaminhada ao Ministério Público recentemente, depois de inúmeras solicitações. O plano de mobilização requeri várias vezes, formalmente inclusive. Viemos aqui há 60 dias, nos reunimos com o secretário.

Veio Ana Fernandes, veio Daniel Colina, do IAB, veio o representante da comunidade, veio o representante do CAU. Todos viemos para um diálogo com o secretário, para abrir um processo dialogal e dizer que queremos contribuir, queremos o melhor plano diretor para Salvador. Vamos começar dialogando sobre quais são os estudos técnicos que precisam ser realizados de forma prévia e são imprescindíveis para a atualização do plano diretor?!

Em novembro, mandei uma listagem de 60. Mas não quer dizer que ali é a verdade. Tem contribuição do Foro A Cidade é Nossa, não foi feito exclusivamente por mim.

Tem contribuição de CAU, de Gabriel Brasileiro e do Foro A Cidade Também é Nossa. Mas vamos discutir quais são os estudos, como vamos caminhar e realizar o primeiro ato. Hoje é o primeiro ato de atualização do plano diretor de Salvador.

De 2025, provavelmente até 2035, porque a atualização é em oito anos, mas há proposta de que se prorrogue para dez. Mas, na lei orgânica, ainda está há oito anos. Mas não tem sentido fazer de forma precipitada.

Não queremos um plano diretor que traga a repetição dessa nossa cidade desigual, sem inclusão. A gente quer um plano diretor que fomente o direito à cidade. A gente quer um plano diretor que assegure o acesso à terra, que combata a especulação imobiliária, mas, a Lei Urbanística, que garante o direito dos proprietários também, que também é direito fundamental ao desenvolvimento econômico, à liberdade econômica.

Então, vamos pensar. A minha proposta é que a gente suspenda este momento, que a FGV reveja seu comportamento. Não é possível chegar a Salvador e chegar nesses termos.

Vocês chegam muito mal. Como é que vocês chegam em Salvador para fazer uma reunião que não teve publicização? Uma reunião que não está em lugar nenhum? Uma reunião em que vocês não mandaram conteúdo? Qual é a metodologia? Estou vendo umas cadeiras ali. Ninguém discutiu a metodologia antes.

As pessoas que estão aqui não puderam se preparar. Todo mundo quer contribuir. Queriam saber o que vai ser discutido.

Eu mesma achei que eram dois assuntos, o patrimônio público e o patrimônio cultural. Achei que iam ser duas temáticas. Então, não tem sentido.

Se discute em reuniões matérias divulgadas com antecedência, com prazo para leitura, com convocação em tempo hábil. E é preciso que a gente siga. Salvador não aceita dessa forma.

Salvador tem uma história de luta em relação ao Plano Diretor, de resistência e luta. E vamos continuar. Então, eu almejo não precisar judicializar.

Mas, se for para judicializar, farei ainda esta semana, pedindo transparência, divulgação dos documentos. E o mínimo, oficialidade dos atos. Atos públicos têm de ser oficiais.

A atualização do Plano Diretor não é um segredo. O Plano de Participação, Comunicação e Mobilização não é o documento interno da SEDUR, não é para os servidores da SEDUR, nem sequer para os funcionários do município. O Plano de Mobilização é para todos os soteropolitanos.

Todos os soteropolitanos querem conhecer o Plano de Mobilização e discutir. Será que teremos realmente três audiências? Será que três audiências públicas são suficientes? Isso foi dialogado em 2014. Em 2014, a gente estabeleceu como se daria a participação.

Então, naquele momento, também 'tá' muito delegado, muito solto, tudo na mão da coordenadora, que não tem experiência, que não viveu isso, que não acompanhou os outros planos diretores. Então, é necessário trazer as pessoas que participaram anteriormente, que têm conteúdo profundo sobre isso. E eu recebi um documento ontem à noite dizendo que a participação se daria nas audiências públicas.

É processo participativo. Todas as etapas do processo são participativas. Gestão democrática da cidade se faz dessa forma.

E o momento máximo de planejamento é a elaboração do plano diretor. Nesse momento da elaboração do plano diretor, a gente consegue grande sensibilidade da população. E, no momento em que a população participa do planejamento da cidade, a gente não pode abrir mão disso, até por seu caráter educativo e didático.

Então, vamos repensar. Vamos recomeçar. Vamos realizar da forma correta.

Vamos publicizar os atos. Publicizar os atos. Não são segredos.

Não é segredo o plano de comunicação. O plano de mobilização não é um assunto interno da coordenação de atualização do plano diretor. Não é segredo.

É para ser discutido de forma participativa. Teremos quantas audiências? Qual é a metodologia da audiência? Como vai ser a audiência? Qual é a metodologia da audiência pública? Então, essas questões não estão em aberto. E não vai ser feito de forma empírica.

Isso aqui é empirismo total. A gente tem tecnicidade. Não tem sentido marcar uma reunião sem convocar os experts da cidade, os grandes conhecedores da temática.

Convidaram para a reunião de habitação um professor de mobilidade. O Fórum Temática. Estou com um convite na mão.

O professor de mobilidade. Tudo bem, mobilidade tem a ver com habitação, mas, calma, a contribuição é de outra forma. Estou falando de Juan Moreira.

Então, a questão de ordem que pedi antes da FGV é para que a FGV conheça Salvador. Conheça como a gente almeja que seja feito o Plano Diretor de Salvador. E, quando o Tribunal de Justiça da Bahia anulou o Plano Diretor e criou o que a gente chama de Frankenstein, anulou centenas de artigos, ele disse que precisamos de estudos técnicos e precisamos de participação popular.

Se não tiver estudos técnicos... Mas não é participação popular fake, não. Não é um teatro democrático. É participação efetiva.

Como está no plano de mobilização da FGV? A FGV disse que não era para ser figurativo, programático, era para que tenha efetiva participação, que tenha devolutiva, que tenha reunião. Só que isso não é nas três audiências públicas. Isso é em todas as etapas e fases do processo.

Então, não tive a resposta do Secretário, eu não tive a resposta em relação ao termo de compromisso, o termo de ajustamento do que mandamos no ano passado, em novembro do ano passado. A todo tempo, a coordenadora me afirmou textualmente, com todas as letras, e repetidamente, que iam ser feitos estudos técnicos prévios para a elaboração do Plano Diretor. Estou mentindo? Não, você falou que iam ser feitos e que o secretário estava convencido de fazê-los.

E, hoje, a gente começa o processo do Plano Diretor sem a realização de nenhum estudo técnico prévio, preparatório, que vai parametrizar, que vai permitir que os técnicos da FGV tenham análise conscienciosa. Vai fazer com base em quê? Com base nos dados de 2004? Vai fazer como? Então, nesses termos, acho impossível a gente dar continuidade sob o empenho de caminhar realmente para a nulidade. É princípio maior, básico, básico, básico, que a participação depende de publicização,

depende de divulgação do conteúdo com linguagem acessível, em tempo hábil e com veracidade.

Isso não aconteceu. Então, essa é uma reunião técnica. Não, essa é uma reunião do Plano Diretor.

Tem um caráter técnico? Ótimo, tem um caráter técnico. Mas nós queremos saber quem foram os convidados. Queremos sugerir pessoas que vocês esqueceram, e esqueceram muitas, que vão contribuir com o seu conhecimento.

Então, não tem sentido, com a representatividade que a gente tem aqui hoje, a gente não consegue realizar esse fórum de forma adequada. Então, fico aqui e proponho que seja divulgado quanto antes o plano de comunicação, participação e mobilização e que seja designado uma reunião para discutir com a sociedade como se dará o plano participativo, como se dará a participação no Plano Diretor. Esse é o primeiro item.

Discutir quais são os estudos técnicos que vão ser feitos ou assumir. Não vamos fazer. O que não pode é se acovardar.

Então, estou bastante triste, decepcionada, frustrada de novamente estar aqui fazendo isso que a gente já fez anteriormente. Então, é preciso ter atitude. Não vou fazer o estudo técnico, assuma.

Porque, aí, eu tomo as medidas que eu entender adequadas. Não é ficar enrolando desde um ano dizendo que vai fazer os estudos técnicos e não fazer. Não é dizer que não vou mandar o plano de comunicação. O MP solicitou, não é enrolar, não.

Não achamos que vamos encaminhar, não devemos encaminhar o plano de comunicação. Aí eu tomo as providências adequadas. Mas essa enrolação é covardia.

Não se acovarde. Fale o que você acha. Como estou falando aqui, cabe ao Ministério Público fazer e alertar.

O Plano Diretor de Salvador, a elaboração, a atualização, é extremamente importante. E não vamos apequenar, diminuir, minimizar a sua importância tratando dessa forma aqui. Sem publicizar, sem dizer a metodologia, sem dizer qual é o conteúdo, sem dizer quais são os convidados.

E as pessoas que estão aqui não têm, então, como contribuir produtivamente. Então, fica o requerimento formal do Ministério Público de suspensão desse ato, porque ele é nulo. Nulo porque não atende os requisitos básicos dos atos da administração pública.

Coragem eu tenho, doutora, eu tenho sim, muita. Porque, se eu não estivesse, eu não estaria aqui. A gente vai manter o ato.

E o que acontece? Caso a gente entenda que tem alguma prerrogativa da lei que não esteja sendo acatada, a gente refaz o ato. Agora, quanto a senhora dizer que

eu não tenho experiência, eu não tenho experiência não, eu só tenho experiência de vida, experiência na cidade. Porque eu já trabalhei na saúde, eu já trabalhei no meio ambiente, eu já trabalhei no Detran.

Então, eu tenho experiência de vários órgãos que elaboram, que têm as diretrizes para o PDDU. Então, eu não comecei minha vida pública hoje. Eu tenho uma longa estrada que, com isso, eu me acho competente, suficiente para fazer um PDDU.

Agora, se a senhora acha que eu não tenho competência, pode entrar e judicializar. E dizer que a pessoa que está coordenando não tem. Mas coragem eu tenho demais, de sobra, sempre tive.

Na minha vida profissional inteira. Entendeu? Por isso que eu já peguei diversos setores complicadíssimos. E eu acho que, como a lei não obriga isso, que o fórum técnico, o Estatuto da Cidade, tenha publicizado, manda publicizar as audiências, eu acho que a gente deve continuar, deve manter.

E, caso a gente entenda futuramente que não é, a gente refaz, faz um novo fórum com a mesma pauta. E vão vir outros, esse é o primeiro. Pode ser que esse tenha ajustes.

A gente tem ajustes a serem feitos, com certeza, se for o primeiro. Então, ajustes vão ser feitos no decorrer do processo todo.

Bom, bom dia a todos.

Meu nome é Sílvia Finguerut, sou arquiteta e urbanista, trabalho na Fundação Getúlio Vargas há 15 anos. E, como formação, me formei em São Paulo, na Universidade Mackenzie. Depois fiz especialização em restauro de monumentos na Universidade de Roma, na Itália.

E, desde então, tive a oportunidade de participar de diversos projetos de recuperação do patrimônio, de recuperação de centros históricos. Inclusive, um único projeto aqui em Salvador, que foi o som e luz da Igreja de São Francisco, que, infelizmente, teve a queda do teto e não está mais lá para a gente ver. Mas foi uma belíssima oportunidade de vida que eu tive.

Bom, com relação a esse fórum, na realidade, a FGV propôs isso lá atrás, ainda antes do termo de referência final, desde a nossa primeira conversa com o secretário de Urbanismo, porque nós entendemos que alguns temas que dizem respeito à cidade não podem ser simplesmente estudados de maneira objetiva. E a cultura é, talvez, o principal tema em que estudos não nos ajudam a compreender totalmente. Eu, como uma pessoa que atuo na área da cultura, mas turista em Salvador, já tive a oportunidade de vivenciar experiências muito interessantes.

Salvador tem uma cultura única, o patrimônio da humanidade, o centro histórico, o maior em extensão no Brasil. E, portanto, o desafio é enorme nessa área do patrimônio cultural e da cultura. O Carnaval de Salvador é também um dos maiores do país.

E, portanto, compreender o que isso diz respeito ao território que é o objeto do plano diretor é o nosso objetivo hoje. Então, reuniões técnicas são necessárias, porque nós entendemos que uma equipe que naturalmente é limitada em número de pessoas, não tem, não pode ter a percepção completa. Então, o nosso objetivo aqui hoje é principalmente ouvir pessoas que atuam na área da cultura e que podem aportar os seus conhecimentos para nos ajudar nesse diagnóstico.

Essa reunião tem um objetivo único de diagnóstico, de nós compreendermos quais são os desafios da área de patrimônio cultural, seja ele construído, seja ele das manifestações culturais, religiosas, populares, enfim, de tudo o que ocorre nessa belíssima cidade. Então, nós estamos fazendo uma coleta de informações. Não é uma discussão ainda de diretrizes.

Essa etapa virá muito mais à frente quando nós primeiro entendermos quais são os desafios. Então, vamos lá? Bom, basicamente, eu vou falar agora sobre a metodologia, contextualização do tema. Depois, todos que estão aqui vão poder dar suas opiniões e a gente depois consolida tudo para ter o registro.

Por isso, é muito importante que todos falem no microfone. Nós estamos gravando. Se a gente não conseguir completar hoje, não é um problema, porque a gente vai continuar recebendo as contribuições de todos.

Como a doutora Hortência disse, nós estamos em processo. Não é só hoje que nós vamos estar recebendo essas contribuições.

A gente vai olhar hoje os aspectos culturais e do patrimônio cultural em relação às outras políticas públicas, patrimônio e cultura. No caso de Salvador, especialmente, tem tudo a ver com desenvolvimento econômico. Tem a ver com habitação, tem a ver com educação, com a mobilidade, com o ordenamento territorial e com o desenvolvimento político institucional, né?

E o nosso ponto de partida é o Plano Diretor de 2016. Nós não estamos propondo fazer um novo Plano Diretor e sim revisar o plano de 2016. E isso é usual em todas as cidades. A gente não parte do zero, é parte de onde a cidade estabeleceu suas diretrizes. Como vocês aqui presentes, alguns já puderam participar e nós vamos tomar por base os planejamentos estratégicos que é o Plano Salvador 500 E no caso da cultura, o Plano Municipal de Cultura.

Bom, como eu disse, nós estamos numa etapa de leitura, ou seja, de diagnóstico, identificando problemas e potencialidades. Essa etapa tem por objetivo olhar para todos esses aspectos, listá-los, entender quem são as instituições responsáveis. Nós temos aqui. No caso do patrimônio tombado, a gente tem patrimônio a nível municipal, estadual, federal e internacional. Então, são quatro níveis de patrimônio.

Logicamente, a gente não vai dar conta disso hoje, mas essa é talvez seja a parte mais objetiva dessa análise de hoje a questão do patrimônio, porque

essa legislação vem desde a década de 30, então talvez seja a parte mais objetiva dessa análise. Mas os desafios são muito maiores porque a gente tem aqui em Salvador a questão do patrimônio arquitetônico e a questão da habitação que andam juntas aqui.

Isso é um desafio muito grande. Em outras cidades, quando você tem monumentos isolados, os religiosos, prédios públicos, é muito mais simples a utilização de bens tombados. Aqui em Salvador, naturalmente, nós temos que propor habitação. Temos que propor o uso comercial nesses prédios públicos, porque é uma quantidade enorme de bens preservados. Então, além dessa leitura técnica aqui, nós estamos convidando vocês a nos ajudarem a acolher subsídios.

Nós também vamos fazer, então, a leitura institucional. Como eu disse, nós vamos analisar as legislações vigentes. Tudo o que 'tá', tudo o que hoje diz respeito a esse tema e fazer as intervenções necessárias. E depois nós vamos fazer então a leitura participativa e aí sim, nós vamos convidar um a todos os interessados que queiram colaborar com isso de maneira aberta para ter um mapeamento maior dessas colaborações.

Esse é o intuito hoje dessa conversa e uma questão mais técnica de diagnóstico desse processo. Então, como eu disse depois, feito tudo isso, lá na frente, a etapa do que nós estamos chamando de 'Salvador Será', nós vamos fazer então as propostas que vão ser discutidas na última audiência pública, que vai fazer parte do texto final do novo Plano Diretor da Lei de Uso do Solo.

Bom dia a todos, meu nome é Alexandre Prisco. Sou arquiteto e urbanista também, assim como Silvia, me formei aqui pela UFBA e enfim tenho atuado nessa área cultural na área especificamente do patrimônio.

Comecei hoje, então atuação não só no patrimônio, mas comecei na própria UFBA, num escritório de projetos no Pilar, inclusive. É objeto até de um plano recente da prefeitura. Depois no Ministério da Cultura, no Programa Monumenta, com o IPHAN, consultorias e há mais de 15 anos tem atuado em projetos, planos, ações - como profissional liberal nessa área de patrimônio e de planejamento.

A gente está aqui trabalhando especificamente nessa temática e aspectos culturais e vou fazer aqui uma breve apresentação dessa leitura técnica e institucional, basicamente o que é que a gente levantou aqui. De principal aqui, que a gente deve abordar no caso específico de Salvador pra essa temática, como a gente falou, primeiramente as vocações culturais e toda essa diversidade cultural que a cidade tem, vocês vão ver aí.

E enfim, todos nós conhecemos quem mora aqui e isso é muito presente. A dimensão econômica que é super importante também, né, vinculado ao turismo. Enfim, vamos abordar essa questão.

Outro ponto que inclusive isso, essas questões também estão na oferta, distribuição territorial. Isso é muito importante, tanto do ponto de vista dos bens culturais, quanto

dos equipamentos, serviços, etc. Ou seja, a gente vai ver aí que se por um lado os bens culturais sejam imateriais ou materiais, eles estão principalmente os imateriais mais bem distribuídos no território do ponto de vista da oferta de equipamentos e, enfim, de centros culturais, há uma concentração muito grande e o próprio Plano Diretor de 2016 já aponta que o Plano de Cultura também já aponta um sentido de diversificação desse território.

Os diversos planos, programas, projetos elaborados pela prefeitura e essa interface direta com os aspectos culturais do patrimônio e os instrumentos urbanísticos. A gente vai citar aqui alguns que, enfim, são trabalhados em várias cidades.

Então, o primeiro ponto é essa questão das vocações de diversidade cultural. A gente traz aqui alguns exemplos para vocês a ilustrar isso. Ou seja, nós temos desde o bule bule, o cordel. Enfim, o Olodum e toda essa cultura de blocos afros, samba junino, são manifestações que tem aqui, mas que também estão presentes no Nordeste, estão presentes em outros territórios e vários deles ocorrem também em Salvador.

A dimensão econômica da cultura em relação com o turismo, qual o perfil, a dinâmica da economia, da cultura de Salvador? Aí, enfim, tem uma outra temática também que precisa ser abordada. Está sendo abordado que é a dimensão econômica.

E sabemos aí, do ponto de vista dessa temática, que Salvador tem um grande desafio. Como desenvolver esse lado, dado que, enfim, Salvador não tem indústrias, não têm atividades econômicas mais relevantes e é uma cidade mais que prestadora, oferta serviços para uma população, enfim, trabalho em outros locais e municípios que recebem a tributação dessas atividades.

É uma cidade dormitório. Suas características. Bom, e voltando então a cultura, a gente considera que cultura e turismo, esse lado econômico, ele precisa ser trabalhado, porque isso sim é algo que dá para fazer em Salvador. Já na verdade trabalha de certa forma, mas nós precisamos ver como avançar nisso, como ela funciona e como isso, transformando as vocações, desafios, potencialidades e seu potencial de expansão.

Basicamente isso que eu comentei agora há pouco em relação ao turismo. Como ele pode contribuir para a salvaguarda do patrimônio cultural? Porque o turismo também ajuda não só essa dimensão econômica, mas ele ajuda a divulgar também a cultura, não só no Brasil como em todo o mundo. E isso é importante, mas também traz alguns exemplos ter todo o cuidado também destas atividades econômicas, turísticas, etc.

Não sufocar e não impedir e não prejudicarem as manifestações culturais. A gente traz aqui alguns exemplos que o Carnaval de Salvador virou em termos de dados econômicos.

Essa iniciativa, a iniciativa, que eu acho que é muito relevante, a recente. Feita pelo Tourinho, que instituiu isso e é o Salvador Capital Afro recentemente aqui, nós tivemos até o presidente da França.

Num evento que eu acho que foi o sétimo evento realizado com a comunidade afro e a primeira vez que foi fora da África, tinham sido feitas seis vezes na África, pois não?!

Só queria complementar porque na verdade não foi feito por nós. E começou esse programa em 2017. Quando surgiu a gente fez o plano afro, surgiu todos os eixos do plano afro e tomou uma proporção como política pública para a cidade e aí Pedro ajudou a potencializar.

Exato, perfeito, desculpa, perdão, Eu agradeço pela informação, mas enfim, eu acho que é uma ação concreta e traz de fato luz e só. Enfim, Salvador já era conhecida principalmente por nós e também pelo Brasil. Mas eu acho que tem uma política pública.

Você leu Salvador como projeto? Estamos lendo, ainda não estamos lendo. Estamos no processo de leitura. *Três anos no plano de atuação. Eu acho que vocês precisam ler. E quando a gente fala, aí sim, com certeza, Mas muito específica do turismo, isso, isso tem sido legal e tem uma dimensão muito pequena e objetiva, direcionada, com foco muito exato.* E é isso que a gente está apontando. Ela tem um direcionamento para o turismo afro, não é isso? Bem específico. Eu quis justamente trazer esse exemplo desse evento que teve aqui. Eu acho que isso ilustra bastante isso. A importância e a representatividade disso. Enfim, vocês obviamente verificarão como isso avança.

Enfim, a parte do turismo e essas relações aí, formações que tratam disso e apresentam isso. Potenciais eventos afrocentrados de alcance global. França, Brasil também trata disso com a África, com o potencial da gastronomia, enfim, isso para mim já é bastante conhecido. Mas é importante colocar aqui. A gente traz como um exemplo claro que aqui, enfim, a Itália já trabalha isso há muito tempo, mas embora seja um exemplo muito bem sucedido. Mas eu acho que não podemos deixar de citar o um trabalho bem feito na gastronomia local. Pode resultar em termos de dividendos econômicos. Não é? \$40 bilhões nessa região da Itália, Miguel Romanha, Apúlia e Toscana. Esse é o turismo religioso, enfim, de Salvador.

Sempre teve, mas agora tivemos até. Certificação de uma, duas tem um grande potencial nesse sentido. E como eu falei lá anteriormente, ter muito esse cuidado, ou seja, como essa dimensão econômica da cultura não pode ser o único aspecto a ser considerado claro, pois existem mesmo manifestações culturais que possuem valores sociais. Enfim, ter todo esse cuidado de peças, desse potencial econômico, não prejudica o foco das atividades culturais, manifestações culturais.

Outro ponto a isso na distribuição territorial dos equipamentos, a gente traz um mapa aqui que você percebe claramente na cidade, ou seja, existe uma concentração e isso até salutar no centro antigo. Isso não é, não é um problema,

mas naturalmente que existe muita campanha para se avançar na distribuição territorial desses equipamentos de cultura.

E aqui é um zoom naquela área. A gente também está trabalhando. Já temos alguns dados primários desses equipamentos, já listamos, estamos criando mapas e vamos trabalhar na identificação mais precisa desses, desses equipamentos e também dos bens culturais. Então a gente coloca adiante. Aqui alguns exemplos: Museu do Mar, do Carnaval, Santa Casa de Misericórdia, o Museu da Cultura Afro, enfim, Casa de Benin, Biblioteca Central - todos esses na área central, na área do centro tradicional.

Esse é um ponto de destaque que é uma coisa. É uma expansão recente dos equipamentos localizados ali ao redor da Praça Maria Quitéria. No Comércio, e alguns já implantados: a Cidade da Música, a Galeria sob o Mercado Modelo e outros em construção, como o prédio do Arquivo Público Municipal.

Isso se encontra no Ponto de Cultura, que é de 2022, que é essa diretriz de descentralização. A promoção do uso do Boca de Brasa, o espaço cultural na implementação dele e outros que são acervos. O acervo da laje, por exemplo, que é uma manifestação, enfim, da sociedade civil mesmo e que precisa ser divulgada e relançada, etc. Aqui a distribuição territorial dos bens e manifestações culturais. Aqui, primeiramente os os o patrimônio edificado, as igrejas, enfim, assim como o patrimônio imaterial, também a festa de Santa Bárbara, o Vale do Bonfim, a antiga fábrica São Braz, em Plataforma, que já é mais deslocado do Centro.

As ganhadeiras de Itapuã. E nos bairros populares também o patrimônio cultural afro brasileiro. Nós vemos aí três exemplos: a saída do Ilê no Curuzu e o Ijexá no Cabula. Também na Bahia de Todos os Santos, seja o patrimônio material como a Igreja de Bom Jesus, Passos, a Nossa Senhora de Loreto, não só de Loreto e Ilha de Maré, também os mascarados de Praia Grande. Ai no caso Itapuã, a Boca do Rio também.

Enfim, são esses assentamentos de pescadores, marisqueiras de Plataforma e, na verdade, a relação do patrimônio cultural com o mar, né? É? E também a procissão de Bom Jesus dos Navegantes. E aqui a gente traz só esse slide que eu acho que é importante, que a gente percebe que todo e qualquer espaço público de Salvador tem potencial para abrigar manifestações, como em qualquer cidade.

E a baiana do acarajé é uma manifestação clara disso. Nos programas e projetos que foram ou estão sendo realizados basicamente estamos aqui alguns mais recentes, como o programa Renova Centro, o Salvador, Capital Afro, que já foi falado, o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio. Alguns planos de bairro já foram elaborados, então a gente está nessa leitura. Itapagipe, Ilha de Maré. É lá que na verdade é mais um. Não é um plano de bairro, é mais uma ação de projetos que estão sendo considerados para a área do Pilar. E esses abatimentos no que pode ser feito em termos de revisão do Plano Diretor de Salvador.

É um levantamento. Como Silvia falou, a gente está nessa fase de fazer essa leitura. Estamos mostrando que aqui a gente já levantou e está se debruçando para

analisar especificamente esses pontos. Outra questão importante é como os projetos em si, ou seja, uma ação mais direta, como eles podem, como eles devem ser colocados em relação às manifestações culturais, ou seja, a implementação de projetos urbanos.

Eles precisam ter uma espécie de briefing, premissas, etc. E que façam um link com o que se ocorre de manifestação cultural e aí o caso específico dessa organização recente lá do Bonfim, da Colina do Bonfim e, no caso, o impacto disso na lógica do processo. E por último, instrumentos nisso. Como eu falei no início. Essa análise dos instrumentos urbanísticos, como eu falei no início, que compõe o PDDU, visando responder às seguintes perguntas: Média Aplicação de instrumentos previstos em 2016, tem contribuído para a preservação e valorização do patrimônio e alterações podem ser feitas em termos de revisão. Para qualificar se aplica a aplicação de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade. Também não fazem parte o que podem vir a fazer o PDDU em 2016 e experiências de outras cidades brasileiras estrangeiras no que se refere à aplicação dos instrumentos, pois para isso. Para a preservação e valorização do patrimônio.

E isso eu acho que agora te passo aí na sua... Você pode conduzir. **Obrigada, Alexandre. Bom, como eu disse no início, a ideia é ouvir vocês. Então, essas são algumas perguntas que nós sabemos que o Plano Diretor, em 2026, deverá responder. Então eu queria franquear o microfone e ouvir as contribuições de vocês.**

Bom dia a todos! Bom dia a todas. Meu nome é João Pereira, eu sou da Confederação Nacional da Associação de Moradores. Saúdo aqui os representantes da Fundação Getúlio Vargas, a coordenadora do Grupo de Trabalho do PDDU um e nós fizemos uma conferência em 2023 e Conferência Municipal. é nela que são tirados conselheiros que atuam no Conselho da Cidade. Isso é feito no Brasil inteiro.

Infelizmente a gente não teve aqui os recursos institucionais. Fizemos por conta própria, mas dentro da legalidade. Foi validado pela Conferência Nacional e pela Conferência, pelo Conselho das Cidades Nacional e pelo Conselho Estadual. E lá foram tirados tantos delegados que representam as entidades técnicas, IAB, Sindicato dos Arquitetos, Sindicato dos Engenheiros, a sociedade civil, através dos movimentos sociais, o movimento de moradia, o movimento comunitário representação também da universidade.

A gente tem buscado um diálogo com a FGV e com a SEDUR e a gente tem sido recebido, quero dizer aqui da nossa. De nosso respeito pelo trabalho que está sendo desenvolvido. Mas é importante dizer de que, para que haja abertura. E quem diz isso? A legislação. Autorização municipal para que haja abertura e a revisão do Plano Diretor, ter a nomeação do Conselho.

Como eu disse, nós estamos pleiteando há dois anos. Fomos recebidos pelo secretário mais de uma vez e nos foi prometido isso, mas até então não ocorreu. Esse conjunto de entidades que vive a cidade, que trabalha, a cidade, inclusive

segmentos empresariais, porque eu já citei os diversos segmentos. Então eles reunidos diante da atitude de hoje do Fórum, nós mobilizamos o Ministério Público.

Então eu queria dizer que a doutora Hortência, ela pode ter as convicções teóricas, até porque ela também é formada na área de arquitetura. Mas o que ela fez aqui foi uma representação. Mobilizar para esse conjunto de entidades da sociedade. Ela não fala em si própria, muito embora a gente agradeça a atitude do Ministério Público de vir aqui e fazer ecoar o pensamento da sociedade civil.

Então eu queria rapidamente, mas um minuto apenas para ler aqui o ofício que a gente está dirigindo aqui, respeitosamente, a FGV, a SEDUR e a prefeitura. Então é senhora coordenadora. Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, acusamos o recebimento do ofício número 925, cujo convite refere-se à participação do Fórum Temático sobre Patrimônio Cultura, agendado para o dia 14 de Novembro de 2025.

Contudo, em razão da intempestividade do envio do convite recebido por e-mail, apenas no dia 11 de novembro de 2025, resta inviabilizada a nossa devida preparação e deliberação interna sobre a representação do evento um para esclarecer que a representação da Conferência Municipal das Cidades de Salvador não substitui, em hipótese alguma, a presença e a legitimidade do Conselho Municipal da cidade de Salvador, órgão ainda não empossado instalado até a presente data.

Apesar de todos os trâmites e comunicações cabíveis já terem sido realizados pela sociedade civil junto ao município. Ressaltamos, ademais, o início dos trabalhos de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano PDDU - Lei de Ordenamento do Uso e de Ocupação do Solo LOUOS, embora há muito reivindicado pelos segmentos sociais, não pode ocorrer à margem da legitimidade e da transparência que devem reger processos participativos dessa natureza, sob pena de comprometer sua validade e legitimidade democrática.

Até o presente momento, não foram disponibilizadas publicamente o plano de trabalho da Fundação Getúlio Vargas. Esse plano já foi encaminhado, mas a sociedade ainda não o conhece e com a consultora, no caso a FGV, contratada pela Prefeitura de Salvador, nem o Plano de Comunicação, Participação e Mobilização Social, documentos essenciais para assegurar o controle social e a transparência das etapas de revisão.

Do mesmo modo, não houve divulgação prévia da pauta, escopo ou metodologia do fórum temático, tampouco registro público das atividades previstas, seja nos sites oficiais da Prefeitura, da SEDUR ou de quaisquer outras secretarias. Chama a atenção o fato de que essa primeira atividade de escuta da sociedade civil esteja ocorrendo antes da disponibilização do Plano de Mobilização, Participação e Comunicação, documento que define o público, os meios e os prazos de convocação para população e conforme o próprio cronograma contratual entre a Prefeitura e a FGV.

Conhecimento já deveria estar concluído e acessível à sociedade. Por fim, reiteramos o interesse e o compromisso em contribuir de maneira propositiva e colaborativa com o processo de revisão do PDDU e da LOUOS, desde que

asseguradas condições probas, transparentes e participativas, em consonância com os princípios constitucionais da publicidade, legalidade e gestão democrática da cidade. Portanto, nós queremos sim, contribuir.

E aqui não estamos discutindo programas de governo. Não estamos discutindo gestão, estamos discutindo o futuro da nossa cidade..

Muito obrigada. Na realidade, como eu disse no início, a ideia é contribuições objetivas e nós não estamos numa reunião para discutir a política pública, mas sim ouvir contribuições. Então eu franqueio novamente a palavra para quem tiver as suas contribuições.

Meu nome é Giselle, eu sou da SEDUR. Na verdade eu queria sugerir também porque tem alguns estudos feito pelo governo do Estado, também realizados no centro antigo, que fazem levantamentos sobre a área. Vários levantamentos sobre habitação, questão também. E a questão cultural também.

Bom dia a todos e todas! Eu me chamo Danilo, sou gerente de Patrimônio Imobiliário do IPAC, do Patrimônio Artístico Cultural do Estado da Bahia e estou aqui representando o nosso diretor geral, Marcelo Lemos e consequentemente também o secretário estadual de Cultura, Bruno Monteiro. E dizendo tanto a Sedur quanto a FGV, a Prefeitura, Estado, a Prefeitura Municipal de Salvador e estamos colocando à disposição para ajudar no que for necessário.

Temos vários estudos e também coloco aqui a necessidade, o entendimento também da SEDUR de convocar a Conder. Nós do IPAC temos uma quantidade de imóveis no Centro Histórico, porém a Conder tem uma outra quantidade de imóveis no centro antigo, não só no Centro Histórico. Então, para debater sobre PDDU, os sobre luz, sobre a vida e futuro dessa cidade de Salvador, nós estamos à disposição para dialogar, para apresentar proposições, conversar.

Mas também acho que convidar a CONDER, porque aí também não posso falar em nome da instituição. Mas chamar a Conder, afinal, habitação e com a CONDER, apesar de nós também trabalharmos com alguns aluguéis residenciais, mas principalmente a CONDER, que trabalha com habitação.

A mim como arquiteta e urbanista e enfim, já visitei Salvador várias vezes, me surpreende muito essa questão das festas, das manifestações populares pelas ruas de Salvador e o impacto que isso causa e deve incomodar moradores dessas áreas do entorno onde ocorre carnaval, música e tudo isso. Eu moro no Rio de Janeiro e eu vejo isso durante o carnaval com os blocos e imagino que aqui isso tem uma intensidade até maior do que no Rio de Janeiro.

Isso é um impacto enorme no território e acho que uma coisa que Salvador poderá inovar no campo é essa revisão do PDDU Justamente orientar, traçar diretrizes para que essas manifestações populares tenham uma convivência pacífica com os moradores e os cidadãos da cidade. Então, acho que se vocês tiverem alguma contribuição a dar, o que é que significa? Como a gente pode

mitigar, já que a gente está em tempos de mudanças climáticas, como a gente pode mitigar e adaptar a cidade de forma que haja uma convivência pacífica? Já que a gente acabou de ver na apresentação do Alexandre a relevância dessas manifestações culturais, pela dimensão econômica e turística da atratividade turística da cidade, eu não sei. Estou propondo isso como uma questão. Se vocês têm contribuições a dar sobre isso e então pode vir e só rapidamente para comentar sobre o que o Danilo colocou. Danilo: realmente, assim a gente já considerou isso, embora não esteja aqui na apresentação a participação do governo do Estado, o IPAC, Conder por conta desse estoque imobiliário que o governo tem no centro histórico e centro antigo, como você falou, é uma questão fundamental.

E a prefeitura, enfim, a cidade, o município visa abordar porque a questão da residência da habitação no centro, no centro antigo. Uma das questões que a gente já coloca, mas que a gente precisa avançar bastante, está. A gente vai falar aí sim.

Bom dia a todos e todas. Eu me chamo Rosana Reis, sou coordenadora do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia e sou arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora dessa universidade também e sou turismóloga. Então eu acho que eu tive um conjunto de base de atuação nesse território e isso eu só quero. Paulistana também. Mas o que estou falando são sugestões também de ampliação da discussão, Então eu já aproveito, coloco aqui a disposição. Universidade também. Eu represento aqui a universidade, especificamente o curso de Turismo e Hotelaria, mas assim venho em nome da universidade como um todo, mesmo porque como meus colegas aqui, faço parte do Conselho Consultores de Patrimônio do Município de Salvador, da cidade de Salvador e já há quatro anos já está terminando a minha, minha, minha fase de contribuições diretamente lá.

E eu queria falar também que nós da Universidade do Estado da Bahia tem curso de urbanismo e aí eu coloco aqui também a disposição os colegas também, professores e alunos e as pesquisas que temos, tanto na área de urbanismo, na área de estudos territoriais, que tem a Pós-Graduação, também Estudos Territoriais na Universidade e o próprio curso de Turismo e Hotelaria, que a gente trabalha muito patrimônio.

Eu, especificamente, sou a professora de Patrimônio Cultural do curso e a gente vem já há alguns anos desenvolvendo trabalhos nessa área. Então, inclusive, os trabalhos estão disponíveis no Saber Aberto, que é a nossa plataforma. Eu já sugiro até uma consulta e me colocando à disposição. Mas falando do tema abordado, agora da das manifestações culturais, eu falo agora como moradora de área afetada.

Eu moro exatamente no circuito Barra-Ondina. Sou foliã, já moro nesse local há 20 anos e a vida inteira da região do Chame Chame E vi que a prefeitura evoluiu muito assim. Eu passei muitas situações complicadas, trabalhei alguns anos no IPAC e aí eu cumprimento o colega Danilo. Patrimônio Imobiliário. Exatamente. O rapaz que se ocupa hoje por muitos anos também lá trabalhei no projeto Colarinho de Noite, muitos anos também.

Passei por muitas situações pra voltar pra casa durante o trabalho, no carnaval, no centro histórico. E hoje eu tenho um conforto assim. E a prefeitura evoluiu muito nesse sentido, naquela região, no carnaval como um todo. Eu cheguei em casa, saio hoje com tranquilidade. Claro que fiz as minhas adaptações. O carnaval, eu falando como moradora, não é grande problema hoje, na minha concepção.

Aí aproveito também para sugerir, convidar os moradores, a Associação de Moradores da Barra, que é um sucesso e muito atuante, inclusive com participação de arquitetos, até da Universidade do Estado Federal da Bahia também. Mas o que eu quero dizer é que o que incomoda são os pequenos eventos durante o ano. E aí eu não sei que dispositivo aí a prefeitura teria que ter, também não tem para comunicar o morador.

A gente pega tudo de surpresa. Não posso sair de casa hoje. De repente, porque vai passar um trio elétrico na minha porta. Então, são algumas questões que eu acredito que dentro desse processo que está começando, precisam ser discutidas também. E a Associação de Moradores da Barra tem muito a contribuir. Tem muita gente que acha que o carnaval deve sair da Barra, uma boa parte que não.

A minha opinião é que não, mas que tem que ter uns ajustes. E aí eu falo do restante do ano, principalmente porque a gente passa por todas as festas ali naquela região e o incômodo é muito grande, de fato. E imagino que em outros bairros também as coisas sejam um pouco complicadas. Era isso que eu queria dizer e me coloca à disposição mais uma vez, em nome da Universidade do Estado da Bahia, Obrigada.

Na verdade, eu queria falar também sobre. No caso, eu sou moradora do Centro. Eu moro no centro antigo e o carnaval realmente não é exatamente um problema, porque já é algo que a gente já espera todo ano isso, falou É realmente são os pequenos eventos ao longo do ano que a gente pega de surpresa, a gente sai na rua.

Quando a gente vê, a gente está no meio da multidão. Então realmente é um problema sim, principalmente no centro antigo. E tem outra coisa que eu queria também sugerir no caso, não só não perdeu, mas também há um olhar específico para a área da Barroquinha e a Barroquinha. Ela está passando por um esvaziamento. Assim, extremamente expressivo. Ou se você passa pela Baixa dos Sapateiros e você vê assim praticamente todas as lojas fechadas e não é só uma questão de loja, porque ali também deveria ter habitação, ali também deveria ter locais de moradia.

E são muitos, muitos imóveis fechados. Então eu acho que deveria ter até uma questão assim. Uma proposição específica para a área da Barroquinha, da Baixa dos Sapateiros.

Bom dia a todos e todas. Eu não tenho muito hábito de falar em público, então eu parece que aquilo que eu acho que vai colaborar. E que bom essa sincronicidade

que você falou justamente num ponto aqui que eu vou trazer, representando a Associação de Lojistas da Baixa dos Sapateiros e Adjacentes. Então a gente está fazendo um movimento lá civil e o projeto se chama Panapaná.

É um sonho de unir o campo e a cidade com a agricultura familiar, cultura e artesanato e também uma escola. Então a gente tem e está esse projeto em andamento. Estamos buscando parcerias e contribuições. Então, essa análise. Carvalho Corretora de Imóveis e Gestora de Empreendimentos Sustentáveis do projeto Panapaná, no caso, é justamente eu conseguir fazer essa junção do campo com a cidade ou vivenciar.

Eu sou co-agricultora de uma organização que fornece alimentos oriundos da agricultura familiar aqui na cidade. Então eles vêm do campo e trazem toda semana isso. Então eu estou dentro desse movimento e vejo que lá na Baixa dos Sapateiros a gente pode trazer essa agricultura familiar, com a cultura, inclusive, que eles têm muito rica de saberes e tudo mais.

E uma questão que acontece no campo, que é o êxodo do campo. O pessoal sai do campo e vem para a cidade e na cidade a gente percebeu que acontece o mesmo. Os familiares lá na Baixa do Sapateiro, mesmo eles, os mais jovens, não querem substituir os pais. Inovação com ideias, porque não tem como. No campo também não existe a perspectiva.

E isso justamente visa o campo e a perspectiva e a cidade também. Juntas, unidas em fazer isso. Então o projeto foi matemático, ela falar Eu estou aqui hoje com muita alegria e prazer em tornar uma Associação com Boa vista da Baixa de Sapateiros e adjacências, na figura do presidente Marcelo Oliveira e todos os comerciantes e moradores da nossa querida Baixa dos Sapateiros.

São um total de 200 lojas. Hoje estão em funcionamento, com mais ou menos 1000 empregados ativos, com 100 hortas mais ou menos. Também são muitos. São números exatos. A gente vai tentar fazer uma campanha e desses empresários, uns 30 residem na região. Então eu quero agradecer também a vocês. Atualmente. E qualquer uma baixa que conhece e a baixa que queremos reconstruir.

A Baixa dos Sapateiros é um território simbólico, cultural, histórico, com memória, comércio, moradias e já foi referência de prosperidade, cultura e convivência. Mas todos nós sabemos que com o tempo ela foi se esvaziando, perdendo a vitalidade, acumulando imóveis com chaves e passando por dificuldades que pesam tanto no comércio quanto na vida de quem circula por ali. Apesar disso, existem algumas pessoas que, de forma muito bonita, com uma vontade coletiva de reconstruir como comerciantes, moradores, trabalhadores, parceiros, todos querem ver a baixa viva de novo.

O projeto Panapaná, que tem o prazer de integrar, é uma iniciativa civil e colaborativa que atua como agente de transformação, conectando requalificação urbana, economia solidária e sustentabilidade junto ao BASA. Nós trabalhamos para preparar o território para novas habitações e comércio, fortalecendo a economia local e o sentimento de pertencimento com sustentabilidade, requalificação, cultura

e desenvolvimento econômico, fortalecendo assim o comércio local de forma simples, humana e possível.

Então, o que queremos neste momento? A gente está iniciando junto com a BASE, o desenho de um plano de ação comunitário participativo, onde nós vivemos um momento favorável, pois a Baixa pode acessar programas como o Renova e o Revitalizar Salvador, além de incentivos fiscais e municipais. Por isso, propomos que a SEDU nos auxilie no acesso a esses mecanismos e que juntos possamos estruturar o Laboratório de Regeneração Urbana da Baixa de Sapateiros e adjacências.

É um modelo replicável para outras áreas de Salvador e onde a gestão pública, a sociedade civil, iniciativa privada alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Porque hoje nós temos a rua chique, mas embaixo a gente quer fazer o amor do povo que todo mundo possa habitar, interagir. Vive 24h sempre ali. O mercado de Santa Bárbara, no Mercado de São Miguel.

Então, os pontos que gostaríamos de dialogar no processo do pedido e da luz e de forma leve, direito o IPTU e o valor venal. Hoje, muitos imóveis da baixa têm valor venal acima do valor de mercado, o que gera um IPTU pesado para quem já enfrenta dificuldades. A gente tem loja lá com a que a gente alugou, que só em IPTU a cota mensal de quase R\$800, a cota de IPTU então é alto.

Os aluguéis que estão sendo praticado na região dos. Então a revisão específica da planta geral de valores para as áreas históricas e fragilizadas seria um grande passo, adequando o IPTU, a realidade econômica e estimulando a reocupação incentivos fiscais para voltar a atrair o comércio, a moradia para a Cidade Baixa, a se reerguer. Precisamos facilitar a vida de quem quer reabrir as lojas, restaurar os imóveis, trazer novos usos e investir em retrofit ou habitação.

Isso passa por incentivos como redução de IPTU, ISS e TVL, pelo menos por um período de transição. Esses incentivos para uso misto comercial, residencial. Sem esses incentivos fiscais, não há como atrair investidores, incorporadores e empresários. A baixa precisa ser tratada como território e essa ação positiva, recursos e incentivos são determinantes para que os empresários. Flexibilização responsável para as obras em imóveis tombados.

O patrimônio precisa ser preservado? Sim, mas hoje muitos comerciantes não conseguem manter ou reformar seus imóveis, porque tudo se torna muito caro e burocrático. Queremos dialogar sobre a flexibilização responsável, que permita melhorias sem perder o valor histórico. Então, a clareza sobre o que é possível construir ou transformar. A gente precisa ter mais clareza sobre o que pode ser construído, o que pode ser verticalizado, onde o retrofit pode mudar o uso ou como funcionaria a habitação integrada ao comércio. Parâmetros de ocupação de imóveis ociosos. Uma orientação clara no perdedor e na luz vai transformar isso em realidade.

Solicitamos diretrizes claras para permitir uso misto, verticalização moderada, retrofit estruturado e habitação integrada ao comércio. Então, o que propomos agora? Já temos um termo de cooperação e alinhamento com alguns parceiros.

associações, representantes políticos, empresários, artistas e articuladores da agricultura familiar. Essa rede tem como propósito construir soluções coletivas, integrando o panapaná aos programas municipais de urbanismo, cultura e economia solidária.

Então, nada complicado. Apenas três passos iniciais um: O grupo de trabalho SEDUR ao base Projeto Panapaná para alinhar as ações; dois: o apoio da SEDUR para iniciar o diagnóstico de campo com dados de orientações. Três: Uma escuta contínua para que comerciantes e moradores participem da construção desse novo capítulo da Base. E aí como encerramento? É que é um convite especial.

Vamos caminhar juntos pela Baixa dos Sapateiros. Nada substitui ver o território com os próprios olhos. Sentiu a observar os imóveis, ouvir as pessoas, enxergar ali os potenciais. Com um passeio curto, nós vamos poder identificar muita coisa que não aparece nos mapas, nem nos decretos, nem nos documentos, mas aparece na vida real abaixo. Está pronta para renascer e nós estamos prontos para caminhar ao lado da Sedur Nessa reconstrução, esperamos avançar juntos para transformar a Baixa em um modelo de regeneração urbana, econômica e cultural para Salvador e o modelo para o Brasil.

Muito obrigado pela escuta

Bom dia! Sou Yuri Brito, estou como gerente de Saneamento Ambiental da SEDUR, município. Só para aproveitar aqui. O colega ali da Baixa dos Sapateiros falou. A Nathan, que é de agricultura urbana, etc. Só pra vocês pontuarem que a agricultura urbana entra como moda e esse algumas audiências, esse programa dela. Então olhe. A gente pode disponibilizar depois de uma explanação breve, ok?

Vai ser muito bem vindo. Esse é o tipo de contribuição que a gente quer ter numa reunião como essa, de abrir os nossos olhos para algumas questões que às vezes os estudos não nos mostram.

Só queria contribuir quanto a parte do bloco, dos blocos do carnaval, da economia, dizer que a gente. Eu vivo no Pelourinho e o IPAC funciona na Rua Gregório de Matos, número 31, de frente a casa do Olodum.

Nós fizemos uma transição, inclusive tem parte do IPAC, que funciona no Largo do Cruzeiro, número 20, literalmente em frente a Igreja de São Francisco. Nós fomos os primeiros a ajudar e ver o incidente que houve com o fogo. Não foi o tempo bom que a gente sempre lembra. Sempre que eu vejo, falo. Um teto que tem acima do fogo, não foi?

Mas graças a Deus foi só o forro, porque senão, infelizmente o incidente seria muito pelo o povo por estar ali dentro do Pelourinho. Ontem mesmo eu fiz uma volta, fui até o Centro, de onde voltei para ver o imóvel. Porém, há momentos que o Pelourinho tem apenas os moradores e também os funcionários das suas lojas.

Então também, na Baixa dos Sapateiros, quanto o próprio Pelourinho. É preciso. E aí, em parceria, Prefeitura, Estado, União, pensar políticas não só turísticas, mas

econômicas para todo Centro Histórico, porque basicamente o que faz o Pelourinho viver hoje é o seu turismo. Se não tem turista não abrem os comércios, nem restaurantes.

Porém Dona Maria, seu João, seu Carlos, os restaurantes menores não vão abrir porque ele se sustenta. Ele. Se ele ganha pelo turismo, ele se mantém pelo turismo.

O vendedor de fita, o vendedor de lembretes, blusas. Então eu já cansei de ver em baixa estação lojas de souvenir fechadas. Porque é isso. Isso gera um impacto direto no estado, falando enquanto estado. Por exemplo, a nossa arrecadação a gente sabe que é muito menor dos nossos aluguéis e isso impacta também diretamente na manutenção desses imóveis. Eu vi a companheira aqui falando sobre o retrofit e os investimentos, só que o metro quadrado.

Eu não sou engenheiro, não só arquiteto, mas eu trabalhei muitos anos da minha vida pelos meus, pelo meu pai ser engenheiro. Trabalhei muitos anos da minha vida em obra. Então o metro quadrado de obra no centro histórico, que é o mais caro de Salvador por ser tombado. Isso quer dizer que a gente vai lutar contra o tombamento ou não?

O tombamento não. A preservação do patrimônio histórico do Centro Histórico de Salvador é importante. A UFBA recentemente fez um estudo e um levantamento junto ao IPHAN de novas normas técnicas sobre construção, retrofit e reforma no Centro Histórico e no Centro Antigo de Salvador. Essas normas já estão valendo?

Em algumas questões. E aí eu não vou entrar no mérito aqui, se está certo, se está errado. Mas, por exemplo, a questão do Santo Antônio, Centro Histórico. Tenho amigos que me ligaram para saber se podia, se não podia fazer na casa deles, mas assim dizer que. Às vezes parece andar na contramão. Mas não. A gente acredita que o tombamento, essas práticas de proteção, de prevenção, elas andam junto às a modernização e o futuro da nossa cidade.

E compactuo com a companheira dizendo que eu ando pela Baixa do Sapateiro. Pego o metrô todo dia, então eu ando oito, 21h00 ali na Baixa de Sapateiros. Eu estudei no Rui Barbosa em 2003. Então eu conheço a Baixa de Sapateiros lá atrás e conheço hoje. Me dá uma tristeza, mas dizer que. Transformando o Centro Histórico, por exemplo, no verão, nós fizemos alguns eventos na Praça das Artes, que fica logo ali na Baixa de Sapateiros e até 01h00 era movimento contínuo.

E você trazer cultura, você trazer economia para o Pelourinho. Consequentemente, você também traz economia para a Baixa dos Sapateiros. Você traz economia para Praça da Sé, você traz para a Praça Cairu, você traz para o Santo Antônio dizer que a prefeitura assertivamente, junto com o governo do Estado, o governo federal acertou a Pedra da redundância, acertou no Santo Antônio em levar para o Santo Antônio.

Tudo uma cara nova, roupagem nova. Porém, nós temos, por exemplo, que foi abordado aqui a festa de Santa Bárbara, que começa no dia quatro. Ela começa, por exemplo, esse ano, ela começa no dia 25, 28 e termina depois, porque tenho

firmado um esse ano, após a festa de Santa Bárbara. Então assim, é um evento que ele tem um lastro de tempo maior e não só existem.

A festa do Rosário dos Pretos tem o próprio carnaval que esse ano só já se movimenta. Mas dizer que agora, por exemplo, a SEDUR, a Setur, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia tem implementado rotas, implementou a Rota do Turismo, do Turismo Religioso, agora tem alguns projetos de gastronomia, de turismo gastronômico, turismo afro, de levar para o centro histórico também essa Esse turismo.

Porque, novamente, de fato, mais uma vez, assertivamente, Salvador não é uma, não é uma cidade industrial. Ou seja, nós não não temos indústrias, nós temos comércio e serviços e para isso nós precisamos basicamente de que nos visite. Então, fazer a prefeitura imaginar o se debruçar com os demais órgãos da sociedade civil, é uma forma de levar, já que a gente tá tratando de patrimônio, levar para o nosso centro histórico no centro antigo, mais vida.

Nós sim. Basicamente eu já escutei de várias pessoas que não andam no Pelourinho e são soteropolitanos, então é preciso levar nós. Por incrível que pareça, o Pelourinho é o lugar mais seguro de Salvador. O 18.º batalhão tem 150 policiais diariamente no Pelourinho. A cada esquina do Pelourinho tem dois policiais, sejam eles capitães, subtenentes, tenente e soldados. E aí dizer do trabalho do coronel do tenente coronel Gabriel, o Pelourinho, recentemente Não vou tirar o recorte do verão.

Foram mais de 250 eventos no Pelourinho todo, contando com o carnaval. E foram infelizes 50 incidentes e nenhuma ou grave situação foram furtos, perdas e do 58 soube recentemente. Quando eu soube que tive reunião recentemente, que 50 foram solucionados, seja de perda de roubo, de furto, houve os incidentes mais graves das invasões de lojas que também foram encontrados esses meliantes.

Mas dizer que é isso? Essa questão é muito narrativa, não é de fato, o Pelourinho o lugar mais seguro de Salvador, mais seguro, inclusive, do que a própria Pituba. Então, dizer que nós estamos aqui.

Suas contribuições são muito interessantes e eu acho que eu queria só pontuar da relação desses pontos que você tocou com o nosso trabalho aqui, do Plano Diretor e da Lei de Uso do Solo. Quando você fala da baixa do sapateiro, da do Pelourinho, do uso, a gente tem isso como uma meta, colocar isso na lei, no solo.

Então a gente não está falando só de áreas pontuais, mas de ter essa preocupação do uso misto que é preconizado hoje em qualquer manual de urbanismo. O uso misto é o caminho para sustentabilidade de qualquer área da cidade e não só nas áreas históricas, mas as áreas históricas têm muito mais essa demanda. Acho também você pontuou essa questão de custos de

obra serem mais caros e bem chumbados, porque logicamente requerem uma mão de obra mais especializada e requerem materiais especiais.

Mas isso também o Plano Diretor pode tentar ajudar ou se não for o Plano Diretor, mas ele endereçar para uma lei específica, que é estimular, reduzir impostos. Por exemplo, no Rio de Janeiro, a gente tem uma lei que reduz.

141125-102953

O custo da obra abate alguns impostos de prédios restaurados, para obras em prédios restaurados. Então, há mecanismos, sim, e esse é o nosso objetivo aqui, colher essas observações para que a gente possa endereçar isso lá na frente, mostrar isso como um diagnóstico. Não é isso, a gente está aqui colhendo essa informação e, depois, tentar ver qual é o melhor encaminhamento para uma solução. E, Danilo, aqui a gente já tem o Renova Centro, que já ajuda muito, e o IPHAN está fazendo as novas diretrizes, estava em consulta pública há pouco tempo, tentando normatizar para que facilite o entendimento do cidadão.

Então, isso já está aqui em Salvador, a gente já está fazendo isso, e a gente está em parceria muito boa com o IPHAN. Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Beatriz, eu falo em nome do IPHAN, sou analista de apoio e gestão.

Eu queria só fazer uma retificação, porque ela não foi ainda oficializada. Ela esteve, no último ano, em processo de apresentação a público e divulgação dentro de um site, onde tinha sido disponibilizado para comentários e sugestões, e esteve em consulta pública até essa semana. Então, ela ainda não está valendo, mas ela, naturalmente, por ter sido produto desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Bahia, que desenvolveu ao longo dos últimos cinco anos, então, ele é um trabalho bastante extenso.

Então, naturalmente, que esse produto que foi construído, ele já vem sendo utilizado como base para orientação do técnico no processo de análise, mas ele não é ainda validado como uma norma publicada. Ela está em processo de, a partir dessa consulta pública, os comentários que foram registrados em site serão incorporados para revisão desses materiais que foram produzidos, mas eu acho que é interessante citar, sem dúvida, a existência da norma, especialmente pela fala que a Rosana trouxe, que eu acho que é super importante, especialmente entendendo que a gente tem uma responsabilidade de, a cada dia, apesar de já previsto na Constituição Federal, mas eu acho que a gente ainda tem um trabalho muito grande de maior integração e corresponsabilidade nos processos de gestão. E eu entendo que a gente tem um trabalho de normas que foi desenvolvido pelo Centro Histórico de Salvador, a poligonal tombada pelo Iphan, juntamente com o bairro do Comércio, mas a gente tem ainda uma necessidade que acho que representa aquilo que a Rosana está mencionando, que é o Centro Antigo, porque a Baixa de Sapateiros não está na sua totalidade integrada na poligonal do Iphan.

E isso é importante de ser colocado porque essa poligonal é de respeito ao tombamento do município, é de respeito ao reconhecimento da poligonal do Centro Antigo, que é uma lei de 1983. E da mesma forma que o trabalho foi desenvolvido

com o que é de responsabilidade da gestão do Iphan, acredito que seria muito pertinente e necessário que houvesse uma clareza maior dessas normas e critérios para o Centro Antigo. Isso abraçaria, então, a Baixa de Sapateiros, isso pega Avenida 7 Campo Grande, isso pega uma extensão de área muito maior do que é a atuação do Iphan.

Acho que, comumente, a população tende a enxergar que tudo que é edifício antigo automaticamente é o Iphan e acho que essa distinção é importante de ser feita, mas acho que, mais do que tudo, a atuação integrada é o ponto fundamental. E aí, nesse ponto, aquilo que eu gostaria de trazer como sugestão é a importância de que esse trabalho tão extenso, desenvolvido junto à Faculdade de Arquitetura da UFBA, pudesse ser efetivamente considerado e integrado da melhor forma possível no desenvolvimento desse Plano Diretor, uma vez que a gente tem a possibilidade de trazer maior transparência, de trazer uma maior orientação desde quem já reside. E aí acho que esse é um outro ponto também, as normas, por terem, nos primeiros anos de levantamento, desenvolvido um trabalho muito forte de aproximação com a comunidade, inclusive com representantes de lideranças que residiam no Centro Histórico, para poder fazer o trabalho de integração, de, inclusive, explicação de metodologia.

Foram feitos mapas mentais conduzidos pela própria comunidade. Então, um trabalho que foi muito extenso e que eu acho que, com base nisso, foi possível que essa primeira proposição de normas já apresentasse critérios que, por exemplo, possibilitasse uma integração de uso de habitação social, de como integrar essa moradia dentro da lógica do Centro Histórico. Mas que, naturalmente, uma coisa que a gente bateu muito em todas as reuniões que foram realizadas sobre essa apresentação das normas, foram feitas por setor ao longo do último ano, é que a atribuição de uso do solo não é uma atribuição do IPHAN.

Então, isso também é importante de se entender que as normas têm limitações ao que é de correspondência da atuação do IPHAN. E se essas normas puderem ser interpretadas, integradas no Plano Diretor, de modo a potencializar a permanência dos moradores, dos comerciantes que, tradicionalmente, integram e fazem parte da cultura do território, acho que seria o melhor caminho para que essa atuação pudesse realmente ter uma integração fundamental para a efetividade da gestão do território. Então, colocar como sugestão a leitura e a integração das normas.

Como colocado, não estão em vigência, mas elas estavam em processo de consulta, estão em vias de ser publicada. E de se considerar também a possibilidade de que um trabalho análogo seja desenvolvido em relação ao Centro Antigo de Salvador, porque a preservação do patrimônio cultural é muito mais extensa, integra, inclusive, as considerações em relação à ACP, que também a gente tem áreas de proteção cultural-paisagística que estão além, inclusive, do Centro Antigo, áreas de terreiros que são tombadas, mas que também é importante a gente integrar essa política e essa atuação dos instrumentos de cada uma das instâncias, estadual, municipal, federal, para poder ter uma maior efetividade e retorno à comunidade. Obrigada.

Sim, bom dia a todos, todas. Eu sou representante da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. E eu tenho reparado aqui a ênfase na questão da

discussão em termos de política de conservação muito centrada na questão do centro histórico.

E eu acho que a cidade de Salvador é um todo histórico, parafraseando documentos internacionais, carta de Petrópolis que fala que a cidade é um todo histórico e não se resume apenas na questão do centro histórico. E também não se resume apenas no patrimônio mundial. A gente tem observado isso em algumas cidades.

Você tem lá a sua origem do Rio, também tenho, há muitos anos, trabalhando exatamente com essa questão da conservação. Desculpa, Julio Sampaio. Essa experiência que eu tenho na Prefeitura do Rio, no Departamento Geral de Patrimônio Cultural, que hoje é o IRPH, e a gente precisa ter um olhar para além do centro histórico.

Nós temos outras áreas dentro da composição da cidade de Salvador com potencial de proteção que não se resume nos valores excepcionais. Nas questões de valores excepcionais do ponto de vista artístico, histórico, nós temos um mosaico de composições urbanísticas passíveis de se estudar e com potencial de proteção. Acredito que aqui a prefeitura já tenha esse instrumento, já deve ter refletido sobre isso.

Mas acho que esse instrumento, mais ou menos nos moldes do que é feito na cidade do Rio de Janeiro em termos das áreas de proteção do ambiente cultural, das APACs, que cubram essa diversidade que Salvador possui do ponto de vista da sua própria história, que não se resume ao centro histórico e nem ao Pelourinho. E desenvolver instrumentos apropriados e específicos relacionados com a natureza de cada área, de cada potencial. Então, é muito importante que a gente... Lá na cidade do Rio de Janeiro, são 32 APACs que cobrem a Zona Norte, Zona Sul, Zona Oeste, cobre a cidade inteira.

E uma APAC em Santa Cruz, que é lá na ponta da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. E aqui em Salvador, a gente também tem essas áreas que também têm esses potenciais e que precisam de uma abordagem para além dessas questões que estão sendo levantadas. Eu tenho ouvido aqui muito a questão do centro histórico.

Centro histórico, Pelourinho, centro histórico, Pelourinho, Pelourinho, centro histórico. Não é só isso. Salvador é maior que isso.

Só queria pontuar. Eu e Alexandre conversávamos agora, antes da reunião, exatamente sobre isso. Um instrumento estudado como proposta é, eventualmente, identificar pequenas áreas que requerem um planejamento específico, não só do ponto de vista do patrimônio cultural, mas do ponto de vista urbanístico mesmo.

Identificar áreas que podem receber um tratamento pontual e específico. Nós usamos isso em Niterói, por exemplo. Nós propusemos isso no plano diretor e foi acatado.

Às vezes, o bairro é uma dimensão muito grande e os órgãos de patrimônio, como a Beatriz comentou do IPHAN, a questão jurídica do patrimônio, essas superposições,

é uma questão que acontece no mundo inteiro. E a população não tem obrigação nenhuma de saber se está num patrimônio municipal, estadual ou federal. Mas a cidade de Salvador pede essa visão do patrimônio.

Acho que também temos que ter uma preocupação na área de educação, de uma conscientização da população de que esse patrimônio é soteropolitano e que, portanto, ele tem que ser preservado, ele é parte da identidade. Assim como a questão afro é parte da população, a questão desse patrimônio histórico, artístico, arquitetônico também o é e é parte dessa identidade. Então, acho que é muito bem-vinda essa visão de integração entre os órgãos de patrimônio e a visão também de uma expansão desse patrimônio.

E, aproveitando a sua deixa de falar do estado do Rio, a cidade de Nova Iguaçu, que é uma das cidades que, se você olhar o conjunto, você fala assim, mas é muito feio isso, tem um patrimônio ali enorme, é Baixada Fluminense, uma das áreas mais violentas da cidade e tudo, mas tem patrimônio ali reconhecido também. Então, esse instrumento lá no Rio funciona, das APACs, e não necessariamente precisa ser uma APAC, como eu disse, pode ser um conjunto ainda menor, desde que seja delimitado. Então, isso o plano diretor pode endereçar, não identificando cada um desses espaços, não, porque isso é um trabalho de longo prazo, isso será um instrumento urbanístico a ser utilizado, porque é impossível a gente mapear numa cidade como Salvador, e isso de imediato, a menos que a universidade já o tenha feito e os órgãos de patrimônio já o tenham feito.

Mas o objetivo da lei de uso do solo e do plano diretor não é ir ponto a ponto na cidade, identificando tudo, e sim diretrizes. A palavra plano diretor, diretrizes, é isso que nós vamos propor. Então, a gente tem que criar instrumentos e diretrizes que ajudem isso nos próximos dez anos, que é o horizonte que nós estamos falando do novo plano diretor.

Então, esse é o nosso objetivo. Nós não vamos identificar cada um dos projetos, mas nós temos que entender, como foi o caso ali da colega lá da Baixa do Sapateiro, mostrando que ali falta uma visão pontual e específica, assim como provavelmente existem inúmeros outros locais em Salvador que merecem um olhar pontual. Perdão, só para ainda estar nesse assunto que o Julio colocou.

Está no nosso radar, como a gente mostrou aí na apresentação, essa questão da descentralização desses territórios e desse olhar para além do centro antigo. Mas o que eu acho que é importante deixar sempre claro é o seguinte, uma coisa não impede a outra. O olhar sobre o centro antigo, ele precisa também ser muito pensado, porque até no âmbito do PDDU já se estabelece essa centralidade como uma centralidade importante a ser trabalhada.

Mas, enfim, são duas coisas que eu acho que correm em paralelo, então eu acho que isso é importante pontuar.

Doutora Hortência quer falar, Kátia e Yuri. E algumas pessoas... Com certeza, é possível, sim.

Fique à vontade. Eu quero me dirigir mesmo para a FGV. A ideia são contribuições, mas eu fiquei em dúvida, contribuições de quê? Porque vocês ainda estão na fase de leitura.

É contribuição do que vocês devem ler. Então, eu tenho como contribuições de leitura. Por exemplo, o Plano de Revitalização do Centro Antigo é o documento mais importante e não está na lista de vocês.

O Plano de Revitalização do Centro Antigo é o documento mais importante. É o documento mais importante que nós temos sobre a área. Plano de Revitalização do Centro Antigo.

A gente tem também na FAUFBA excelentes trabalhos de mestrado e doutorado abordando a temática. Então, a gente também pode estar sugerindo essas leituras. A contribuição hoje é do cenário posto? É um diagnóstico do cenário do que existe hoje em relação ao patrimônio? Ou é uma proposta de salvador do futuro? Querem proposições de como deve ser? Hoje é diagnóstico.

Então, vamos lá. Então, a gente tem como diagnóstico a situação da gentrificação do Centro Antigo, a compra de cem imóveis pelo Fera, que gera uma gentrificação muito grande, o incômodo daquela coletividade com a chegada do Fera, do Fasano, da venda do Casarão do Palácio do Rio Branco. Então, a gente tem a chegada de liberações de parâmetros urbanísticos, das construções de terraço, que agora se chama rooftop, que tem sido uma polêmica grande na cidade.

A gente tem essa legislação que retira, porque a gente vai proteger não os prédios, mas as pessoas que moram ali. Elas que estão lá nos quadros de Carybé, elas que estão ali retratadas no Ó Paí Ó, e elas fazem parte da proteção patrimonial. Então, pensar no Centro Antigo sem pensar que essas pessoas moram lá e elas precisam de um açougue, de uma padaria, de um armarinho e que não tem área de lazer, nem creche para aquecer os filhos.

É preciso pensar a questão de diagnóstico. A gente está aqui. Então, era isso que eles querem, contribuição em relação ao cenário atual.

O cenário atual é que nós não temos investimento no Centro Antigo, nem pelo município, nem pelo governo do Estado. O último investimento do município foi na Avenida 7, Carlos Gomes, com aquela implantação. Tentou ordenar o Comércio Ambulante sem sucesso.

E a última intervenção do governo do Estado foram as 100 ruas, que passaram também pela revitalização das vias, que um dos trechos foi o trecho da Baixa do Sapateiro. Então, 100 ruas foram revitalizadas ali. Então, o cenário é este posto.

Hoje, a gente tem uma reflexão do município para a utilização do Centro Antigo como uma área de habitação para servidor público feito com recursos do Fundo de

Habitação. Então, hoje, você tem uma perspectiva de 60 imóveis que estão sendo objeto de arrecadação. Eu soube que houve alguns inclusive doados.

E essa é a perspectiva que leva esse programa habitacional de interesse social, de interesse do servidor público. Mas não tem um programa para a população. Então, a gente tem a realidade de que o Centro Antigo tentou ser revitalizado com a transferência de repartições públicas para lá, em espaços alugados.

E a gente tem que ter um olhar bastante crítico em relação ao Renova, porque, em vez de coibir o imóvel subutilizado, inutilizado, aplicando o IPTU progressivo e precisando de uma função social, você privilegia aquela pessoa que deixou. Nós temos também no Centro Antigo 1.500 imóveis subutilizados, abandonados ou não utilizados. E a listagem é a listagem da Fundação Mário Leal.

A gente tem uma listagem também da CONDER, que foi feita para o Fundo de Habitação, o Fundo de Investimento Imobiliário destinado ao Centro Antigo. Essa não vingou. Mas eles fizeram a lista, inclusive, com dois proprietários do Centro Antigo.

Então, se a gente pensa nisso, a gente pensa em uma área abandonada. A Conder, na época, porque a revitalização do Centro Antigo era uma obra prioritária do governo de Jacques Wagner.

Existia uma equipe dentro da Casa Civil. Dentro da Casa Civil, tomou a coordenação e havia muitos olhares para o Centro Antigo. E houve um projeto muito interessante, muito participativo, que é o Programa de Revitalização do Centro Antigo.

Só que ele foi caindo de status e, hoje, ele é um subsetor na Conder. E não há programas para o Centro Antigo hoje. Se você perguntar o que existe de projeto do governo do Estado para o Centro Antigo de Salvador, nada.

O que existe no Programa de Salvador para os Oito Pontos Cardeais do Centro Antigo? E a ideia de que você tem que caminhar para a privatização. E o empresário que chega é o Fera, que adquiriu 100 imóveis lá e tem essa perspectiva. E a crítica da população local, que se sente completamente excluída e tem vergonha de caminhar naquele trecho da Rua Chile, que passou por esse processo de gentrificação.

Então, pensar o Centro Antigo ou o Centro Histórico, ambos, que o Iphan mencionou, é extremamente relevante. Então, se a gente está nessa fase de diagnóstico, a gente tem que pensar também quais são as áreas de proteção cultural e paisagística atualmente existentes, como elas estão sendo disciplinadas e como a gente pode aperfeiçoar. Então, eu poderia dizer que a gente precisa da área de APCP do ABAETÉ.

Como você mencionou, a gente chama aqui área de proteção cultural e paisagística. E há o disciplinamento. A gente tem hoje venda de áreas de APCP, como na Barra, do lado do Cristo, a venda de uma área de APCP.

Então, tem que haver um disciplinamento que regule e torne mais rigorosa a possibilidade de intervenção, porque mexe na paisagem. Não temos um plano municipal de paisagem. A gente não tem uma inventariação permanente dos bens que merecem proteção.

A gente não tem um fórum permanente de proteção do patrimônio cultural. E a gente tem um momento em que o Centro Antigo era a menina dos olhos, na época de ACM, e depois, no início do governo de Jacques Wagner, foi totalmente esquecido. E hoje não há projetos.

Fiz um evento na minha promotoria para saber quais são os projetos que iam para essa área. Houve a CONDER, a Fundação Mara Leal, e a gente mapeou que só tinham 100 ruas sendo feitas. Alguns programas habitacionais e de interesse social estavam sendo concluídos, mas sem novos.

Não haviam novos naquele momento. E a ideia do município de investir no programa habitacional para servidor público e aceitar esses investimentos da iniciativa privada, exemplo desse forasteiro do Fera, que chegou e fez a intervenção na cidade. Então, em nível de diagnóstico, em nível de cenário de Salvador, a gente tem essa questão do patrimônio físico.

Em relação ao patrimônio imaterial, a gente tem uma coisa muito maior. Porque, quando ela mencionou os terreiros, a gente não tem a proteção dos terreiros nem nas áreas do entorno do terreiro, porque, para a prática religiosa africana, você precisa de uma área de mata atlântica. E essas áreas foram destruídas.

E, hoje, eles se deslocam ao Parque de São Bartolomeu para fazer suas práticas dentro do parque. Então, a proteção dos parques da cidade também tem a ver. E, quando a gente fala em patrimônio cultural, eu sinto falta da questão da proteção da paisagem.

Acho que, se a gente tiver um inventário de paisagem e tiver um melhor disciplinamento das APCPs, que talvez possam ser só culturais mesmo, e a gente ter as paisagísticas mais específicas, a gente não tem... Na legislação, a gente não tem arqueologia... Qual é a outra que falta na nossa legislação? Eu anotei as duas. É na municipal. Faltam dois itens de proteção que precisam ser aperfeiçoados.

Mas isso vai no aperfeiçoamento. Ela mencionou. Daqui a pouco eu peço. Então, eu percebi poucas coisas em relação a Salvador.

É uma cidade preta, de bairros pretos. Nós temos bairros pretos. E a gente tem que ter um Plano Diretor que não seja racista por omissão.

Ele precisa disciplinar. Ele não serve para Niterói, não serve para o Rio. Ele tem que ser para Salvador, com sua contextualidade.

Então, eu não vi pensar o que você vai fazer em relação ao patrimônio cultural, considerando essa população negra. Se fosse em nível de proposição, a gente poderia dizer o Museu da Escravidão. Nós não temos o Museu da Escravidão.

Nós não temos o mapeamento dos portos onde desciam os escravos. A gente não tem uma valorização e um estímulo à cultura preta dos afoxés. A gente não tem esses espaços reconhecidos como espaços culturais.

Então, eu acho que a gente tem que ter, do ponto de vista cultural, um olhar forte, um diagnóstico forte em relação a essa omissão. Então, em nível de diagnóstico, só há uma linha do atual plano diretor de Salvador mencionando a temática. Em nível de diagnóstico, de cenário, nós temos um plano diretor que é completamente omissivo a essa realidade.

O Salvador Capital Afro não contempla isso. Ele é um turismo afro que resultou em um evento extremamente bem-sucedido, que até teve, agora, esse fim de semana passado, a sua reedição. Mas é um... Você lê em 15 minutos e eu estranhei vocês se referirem três vezes a ele.

É ótimo, muito importante, mas não ajuda nesse aspecto que a gente quer mencionar. Agora, em nível de proposições, eu vou guardar. A gente tem aqui uma lista de propostas para aperfeiçoamento futuro.

Mas pensar Salvador do ponto de vista cultural é pensar uma cidade que tem isso no seu DNA, é atávico. Mas o plano diretor não reflete esse caráter tão importante. E a questão do turismo? É importantíssimo o turismo, mas é preciso ter noção de que nós, que estamos aqui, não queremos ser um povo alegre para receber o turista.

Oi, tudo bem? Chegou? Bem-vindo? Não, queremos o respeito à nossa cultura. A gente não é fantoche nem palhaço para alegrar o turista. E é uma visão muito equivocada do turismo em Salvador.

Então, a gente tem que valorizar a nossa cultura sem folclorizá-la. Isso falta no Plano Diretor. Só para atuar, doutora Hortência, a gente está fazendo um voo de drone em toda a poligonal do Renova Centro para poder ver quais os projetos que tem e quais os históricos dentro da própria Prefeitura, os processos já pré-existentes para a gente poder estar prevenido.

Bom dia para todos. Eu vou ser muito rápido, porque tenho uma reunião agora e já estou atrasado. Mas eu queria... Primeiro, meu nome é Pedro Costa, eu sou presidente do Conselho Baiano de Turismo e sou coordenador executivo do Carnaval de Salvador.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer e parabenizar a equipe da professora Silvia por estar desenvolvendo esse trabalho. É de uma importância enorme ter alguém que se dedique a estudar, a trabalhar e verificar como é que podemos deixar a cidade cada vez melhor, mais humana. Então, meus elogios e meus agradecimentos.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que, analisando o patrimônio histórico nacional, uma das grandes coisas que foi para beneficiar esse patrimônio foi a criação do IPHAN. É a criação do IPHAN. Porque foram órgãos criados com a finalidade de preservar, dar atenção a esse patrimônio que nós temos na cidade.

E seria injusto da minha parte fazer qualquer crítica a qualquer dirigente do IPAC ou do IPHAN. Não é justo isso. São pessoas que precisam sobreviver.

Quanto a dizer se o IPAC, se o IPHAN cumpre um papel pelo qual foi criado, eu quero somente que as pessoas que fazem parte do IPHAN e do IPAC respondam para elas mesmas. E quando eu vejo a amiga chegar aqui e dizer que nós temos mil e tantos imóveis dentro da cidade de Salvador, no Centro Antigo, em situação precaríssima, então é algo que nos deixa meio constrangidos. Mas eu quero dizer que a cidade de Salvador, em mérito aos portugueses, que sabem, sabem mais do que a gente, muito, mas não é pouco não.

São mais inteligentes na análise da estrutura de uma cidade do que a gente imagina. Quando foi concebida a cidade de Salvador, com certeza foram analisados aspectos sociais, aspectos econômicos, aspectos políticos, que resultaram no grande potencial, a aplicação desses aspectos resultou no grande potencial cultural que a cidade tem. Eu quero falar da cidade, do planejamento da cidade, seria desnecessário mesmo, porque eu correria o risco de falar alguma coisa errada diante de tantas autoridades que tem aqui.

Mas, por que foi construída a cidade? Qual a finalidade dela? Esses aspectos sobre os que eu falei, que foram analisados, inclusive o aspecto arquitetônico. Salvador não foi uma cidade que foi concebida do nada não. Ali foi uma cópia a arquitetura utilizada por Portugal e que foi Salvador, capital da América portuguesa. Mas tudo isso é patrimônio, meus amigos, meus amigos, todo esse patrimônio de 500 anos, de 400 anos.

A finalidade dele hoje é basicamente o patrimônio histórico, o centro histórico. Meu amigo falou econômica, Salvador. Alguns autores dizem que foram gastos aproximadamente \$300 milhões para ser construído na cidade de Salvador.

O que é que representa esse patrimônio histórico? Analisando o aspecto religioso, a arquitetura em si, as ideias e tudo mais. O que é que representou isso economicamente para a cidade do Salvador?

A concepção para desenvolver, é claro, foi muito na capital. 214 anos. Tínhamos a grande produção açucareira. A Baía de Todos os Santos sempre foi o espelho, o pulmão econômico da cidade de Salvador e do Estado da Bahia. A cidade de Cachoeira era a segunda, a cidade mais rica do Brasil, por causa do potencial hídrico que a gente tinha com ela e a do sertão e escoava.

Não vou falar mais que isso. Também não. Portanto, o patrimônio histórico que tem no mundo hoje arquitetônico, o histórico que tem no mundo, nos grandes países, representam a grande arrecadação, fator de arrecadação para o poder público preservar, recuperar o nosso patrimônio histórico significa abrir horizontes de arrecadação para o poder público que arrecada e não arrecada pouco e distorce quando aplica um carnaval num patrimônio histórico, num centro histórico, usando equipamentos que não poderiam ser usados.

Não foi o teto, não foi o forro da Igreja São Francisco que desabou. Quem desabou foi um patrimônio histórico arquitetônico da maior importância no mundo. A Igreja do São Francisco está entre as dez mais lindas do mundo. Eu tenho essa colocação quanto aos museus. Quando eu pego os meus turistas, quando eu recebo meus navios, eu levo para o centro histórico.

Eles tiram fotografias, aquelas fotografias vão para o mundo e vai representar a vinda de pessoas. E não é um deslocamento simples de pessoas, não. São pessoas que vêm com o bolso cheio de dinheiro para gastar. É movimentar a economia, gerar emprego. Já a renda acaba, a fome distribui renda, porque o grande fator do turismo é a distribuição de renda.

O cara chega com dinheiro, não gasta somente na minha loja, não. Ele gasta em todos os aspectos que é a cidade. Às vezes ele nem paga isso. O tanto. Eu só faço uma observação a mais e que significa o não fazer. Eu ia perguntar a professora não está ali atrás? Essas pessoas tem que ser elogiada. Eu tenho que agradecer a ela.

Eu não tenho tempo, nem condição, nem uma condição intelectual para fazer o que elas estão fazendo. Então eu digo que a gente tem que fazer com perder de um ano de desenvolvimento urbano e o que mais? O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, o que é que a gente deveria fazer hoje? Pegar essa equipe toda que está aqui de pessoas notáveis e dizer assim o que?

Vamos desenvolver o plano para corrigir o que está errado? Ou vamos fazer um plano para projetar nossa cidade para o futuro, para que ela possa ser mais humana, ela possa ter características e representar recursos e fortaleça a cidade. O que é que um prefeito, quando ele se elege, não precisa responder para nós mesmos? Quando o prefeito se elegeu, ele se elegeu para prefeito da cidade ou para ser prefeito das pessoas?

Pense, responda, depois analise porque se ele é prefeito da cidade, essa foi a concepção quando foi criada a cidade, o desenvolvimento que ele vai dar à cidade, a manutenção da estrutura, das condições físicas e culturais vai induzir ele a fazer o bem estar das pessoas. Mas o que a gente ouve hoje, sem ofensas e análise política, nada. Longe disso.

É a falsa, um falso discurso de que você serei um governante para as pessoas. Ele nem governa para as pessoas, nem governa para a cidade. Aí você vê uma cidade completamente distorcida. Meu amigo, vocês andam pela cidade de Salvador, pela periferia da cidade de Salvador e olha, com muita graça isso. Onde está o planejamento urbano? Vai dizer Olha, essa rua tem que ter essas quadras, tem que ser assim, tem que ser planejada, ventilação tem que ser planejada.

O esgotamento sanitário tem que vir com uma série de coisas. Portanto, botando um ponto final nisso. Eu estou há 50 anos no turismo. Eu vim para os 50 anos, rapaz, e eu já estou perto de marcar 50 anos. Não é brincadeira não. Eu fico olhando no espelho perguntando 50 anos. Quando eu era pequeno, que ouvia meu avô, meu tio dizer assim Não, eu fiz 50 anos de aportado.

Aí passaram é. Então a gente não pode mais errar com essas coisas. E para finalizar, só ao finalizar que todo dia passa e me deixa agoniado. A Praça da Sé é linda, o comércio é a coisa mais linda que tem na cidade. Só o olho. Um projeto que foi para construir o comércio. O comércio tem 200, 300 anos.

Olha as ruas largas que hoje, depois de 300 anos, ainda tem um escoamento. Você não vê uma poça de água no comércio quando chove?

Vai pra livraria, está cheio, vai para outro lugar e está cheio. Mas no comércio não tem uma poça de água.

Olhe os casarões. Abandonados, que está no comércio. Aí eu chego na Praça da Sé, subindo o elevador Lacerda, pegando aquela daquele prédio ali na Rua Chile, que é tão bonito de ver. Aí eu saio, entro na Praça da Sé e vejo aquelas barracas e parece aquelas casas alemãs ali enchendo a Praça da Sé. Ao vender cachaça ou vender cachaça.

Qual é o turista, pelo amor de Deus, que para numa barraca naquela para tomar cachaça ali? Desculpe, obrigado pela paciência. Eu não queria falar, só. Não é obrigado. Só quero dizer que estava agora.

Bom dia a todos. Eu sou padre da Arquidiocese de Salvador e presidente da Comissão de Patrimônio Histórico Cultural da nossa Arquidiocese. E um plano como esse não se pode deixar de lado na questão de mobilidade e acesso, por exemplo, nessa minha situação, sabendo onde vou parar, onde vou estacionar, vou encontrar vagas. Esse é um problema que sempre enfrentamos aqui. Por outro lado, você vê que muitos imóveis em toda a cidade, tanto no centro histórico, na Cidade Baixa, onde eu moro, ali em Ribeirão, sem grande valor histórico, cultural e de propriedade desconhecida em Minas, que poderiam também ser aproveitados como estacionamento, como acesso, como local de acumulação de veículos que homens que saíram de casa sentem necessidade, Então vejo que não tem também ela em conta esse aspecto de mobilidade e acesso, o que para desenvolver precisa que pessoas frequentem.

E para a juventude enxergar tem que se estabelecer, tem de estacionar e aqui em Salvador tem esses excedentes muito grande de mobilidade e sobretudo estacionamento. E nesses lugares, tanto na Cidade Baixa, se distorce em toda a cidade. Então, um elemento assim que destaco porque há estudo, nós passamos por isso. Obrigado.

Bom dia a todos. Não sei se todos me conhecem. Meu nome é Kátia Carmello. Eu sou hoje servidora, hoje não 30 anos, servidora da SEDUR, Seplan. Passei por isso com SEDUR e trabalhei com bastante afinco, junto com vários colegas meus da prefeitura. No Plano Diretor de 2008, que foi o primeiro feito com base no Estatuto das Cidades. Levamos quase cinco anos para chegar ao que ele se tornou.

Fizemos vários estudos. Todos estão disponíveis na biblioteca da Fundação Mário Ferreira. Nós fizemos questão de deixar todos lá, porque hoje essa é a biblioteca

urbanística da cidade. O acervo da Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira remonta aos píncaros da glória de Salvador. Então, convido a todos aí vários. Uma boa parte desse acervo está em meio digital, acesse, com acesso fácil a qualquer cidadão.

Não estou fazendo propaganda da Fundação Biblioteca. É só mesmo para poder deixar isso claro, porque infelizmente é um erro da administração não divulgar isso. Isso tem que ser amplamente divulgado. São trabalhos fantásticos. A Fundação Mário Leal Ferreira, que é onde estão esses estudos e onde estão vários desses estudos para vários, vários planos de toda a legislação urbanística da cidade de Salvador.

Está lá com a Fundação Fundação Mário Leal Ferreira. Tudo. Está tudo lá, inclusive o estudo de sombreamento que foi feito em 1988 e que balizou inclusive os planos subsequentes. Mas hoje eu estou aqui como associada. Estou representando a Associação Comercial da Bahia, representando a minha presidente Isabela Soares, e dentro da Associação Comercial nós temos um núcleo de urbanismo, temos vários núcleos, Núcleo de Sustentabilidade, Núcleo de Urbanismo, Núcleo de Desenvolvimento Comercial e bem dentro deste grupo nós temos o Comitê de Revitalização do Comércio, do Bairro do Comércio, a Associação Comercial e mais uma entidade com 214 anos foi a primeira do país associativista.

Inclusive, os servidores do comércio são os proprietários do palacete. Já se tira o chapéu que hoje está revitalizado naquela área do centro histórico. Mas nós lá entendemos que a revitalização do patrimônio é a gente, remonta a essa questão cultural da cidade. A gente fala muito de patrimônio, remete muito ao Pelourinho, porque é o patrimônio cultural construído, que foi uma das coisas que nós colocamos.

Como participamos do recente, da recente audiência pública feita pelo Ministério da Cultura, com a elaboração do Plano Nacional de Proteção do Patrimônio e Cultura. Esse plano nacional deve estar pronto em janeiro para audiência pública. Assim nos foi informado o Plano Diretor. Ele vai ter que conversar com esse plano nacional, porque são diretrizes feitas em todos os estados da Federação.

E, particularmente, nós colocamos a questão principalmente. Estava lá a Arquidiocese, estava lá, entidades culturais do Conselho de Cultura. Uma das coisas que nós colocamos dentro de todo esse cenário enquanto comitê, é que a gente não pode pensar só na revitalização do bairro, do comércio sem pensar. A revitalização do Centro Histórico.

Superior que a gente chama, que é o Pelourinho e a Baixa dos Sapateiros, porque são passagens, eles conversam. Eu diria que é um morro que você tem três fases, mas a gente não pode pensar apenas no Pelourinho. Para você chegar no Pelourinho, você tem que passar pela Baixa de Sapateiros. Muita gente não quer passar pela Baixa de Sapateiros.

Mas você tem ali dois estacionamentos que também não tem. Quem também tem medo de estacionar porque também estão nos sites e precisam de uma intervenção

e de uma proteção maior. E você tem o bairro do Comércio, com as suas ruas largas, com o seu estacionamento que não é, que é que tem estacionamentos lá se você tem os ascensores?

Em 2008, Salvador recebeu um prêmio internacional pela utilização de energia renovável. Quando nós recebemos esse prêmio em Londres e aí eu fui receber esse prêmio e você? Já estou recebendo esse prêmio pelos meus bisavós, porque nós recebemos pelo Elevador Lacerda, pelo Plano Inclinado,, mas nenhum foi feito pela modernidade. Foi tudo lá atrás. Como foram vanguardistas naquela época.

Então você tem toda essa sensibilidade. Você tem um problema do Santo Antônio, Além do Carmo, que hoje é um foco de carnaval, mas que os moradores de lá, sem rezar, ficam ressabiados porque, por conta da questão do ruído, por conta da emissão sonora, por conta da quantidade de pessoas fazendo seus dejetos no meio da rua. São situações que demandam inclusive a educação da população, para que a gente consiga fazer todo esse, esse, esse fervilhar de cultura que Salvador tem Salvador multicultural e é plural.

A gente tem o carnaval. Eu morei em Ondina muitos anos e corri de lá, embora tenha trabalhado no Carnaval durante 20 anos, o que me custou 18% da minha audição e hoje eu uso aparelho auditivo por conta disso, por conta justamente dessas situações e desse universo que Salvador tem. Salvador Você escuta uma televisão num volume 30 durante o dia de noite, que aquele mesmo som você consegue com o volume cinco, por conta justamente do ruído externo.

Então, quando a gente na Associação Comercial elabora um plano de revitalização, a gente traz contribuições técnicas e a gente expõe contribuições técnicas, é um dos grandes. E aí são duas contribuições básicas para a gente levantar o Plano Diretor de 2016. Ele colocou Salvador inteira numa única zona, as chamadas ZCLME, em que você tem todos os usos.

E aí depois você separou algumas áreas da cidade, saiu fazendo alguns outros zoneamento pontuais. O que acontece com isso? Você tem incompatibilidade de usos de atividades e você tem nessas áreas que você pode ter várias atividades que podem expandir e a gente defende a ocupação compartilhada, comércio, serviço e habitação e pequenos usos industriais. A legislação ambiental nos garante algumas atividades que são inócuas, que tem energia, que são atividades limpas, são atividades produtivas que podem funcionar nesses casarões sem que haja qualquer tipo de impedimento ou de nocividade para quem ali está ou para a sua circunvizinhança e que a gente consegue fazer com que o local fique pujante.

Isso para comércio, isso para Pelourinho, o centro histórico do Pelourinho e para a Baixa dos Sapateiros. É triste ver a baixa do Sapateiro do jeito que está. Eu morei em Porto Alegre. Quando eu cheguei em Salvador, eu passeava na Baixa dos Sapateiros. Era o nosso shopping a céu aberto. Hoje você passa ali. É triste de ver e extremamente triste de ver a situação em que ficou, né?

Eu costumava sair das Mercês, passava pela cidade toda, chegava na Praça Castro Alves, descia e aí eu pegava minha minha, minha Barroquinha e minha Baixa dos Sapateiros e um caminho de turismo, de turismo e Salvador. Ela não é apenas

turismo de festa. Nós temos turismo hospitalar, nós temos turismo de eventos, nós temos turismo de negócios, nós temos turismo religioso.

Então é uma cidade que fervilha e que pode ter público ao longo de todo o ano. Como tem, como tem hoje, o pessoal da A, B e H diz que nós temos neste ano de 2025, quase 80% de média de ocupação hoteleira. Por quê? Porque é pensar a população chegar e ir pra Praia do Forte, ir pra qualquer outro lugar.

Não, nós temos ilhas maravilhosas. Nós temos que inclusive precisam ter um olhar mais específico, dissociado da questão apenas. Você tem uma prefeitura, bairro que é subúrbio e ilhas. Ou você toma conta de um lugar, ou você toma conta de outro Itapuã. A Prefeitura, bairro de Itapuã, vai da boca do Rio a Ipitanga. Isso é impensável de uma pessoa numa prefeitura bairro conseguir dinamicamente, humanamente, fazer uma administração de uma poligonal como essa que ainda entra por Cassange, que vai lá para o limite com Simões Filho na Ceasa do Barro Duro, Não dá.

Então, são questões de zoneamento que remontam a política de desenvolvimento comercial e desenvolvimento industrial, que é outro problema. A prefeitura, em 2016, eliminou a zona industrial da cidade. Hoje nós temos problema. Enquanto servidora da Sedur, nós temos problema que hoje nós não temos lugar para colocar uma usina de concreto, que historicamente ficava no bairro de Pirajá. Granjas Rurais Presidente Vargas é um loteamento industrial.

Ele nasceu como loteamento industrial. Era uma zona industrial onde você poderia colocar depósito de tinta. Você hoje não pode botar depósito de tinta em lugar nenhum, porque o uso dela industrial e esse uso industrial não pode conviver com o uso residencial.

E aí, Salvador tem dinheiro para não ter nenhuma indústria? Vinha porque eles são enquadrados como usos industriais. A gente tem perda de receita. Salvador está apta a ter essa perda de receita? Não. Eu defendo. Nós defendemos que volte a condição de ter o seu espaço com previsões de usos maiores de uso dos tais que são notadamente incompatíveis com outras atividades que possam permanecer naquele local, porque são fontes de emprego, são fontes de renda.

E são poluidores, mas que a legislação ambiental já criou métodos de mitigar esses problemas. A gente precisa fazer essa revisão no zoneamento de forma que a gente consiga na área de proteção, ter usos maiores, mais condições de ter outros usos, que hoje é muito limitado. A questão do uso uma uma um escritório de reciclagem, nós não podemos colocar no Centro Histórico?

Agora você tem uma população que vive de reciclagem lá, e o Estatuto das Cidades determina que aquela população que está ali não pode ser retirada dali. Se a gente tem espaços para colocar habitação, seria para colocar a população que ali reside, isso é um dos grandes feitos do plano do Pilar, que foi todo concebido dessa forma. Então você vai ter ali a absorção das pessoas que ali moram, numa condição de habitabilidade muito melhor, retirando da condição de áreas de risco para que ali fiquem.

Nós participamos da apresentação e apresentação do trabalho, entendemos extremamente interessante e colocamos a Associação Comercial da Bahia à disposição, através da sua coordenação, do seu Núcleo de Urbanismo e do seu Comitê de Revitalização do Centro Histórico. Eu não falo apenas do comércio, do comércio, porque nossa sede está ali, na nossa, no universo de dia a dia e ali, mas que entendemos que aquilo ali faz parte de um todo, de um conjunto.

Colocamos à disposição, inclusive com sua com seu corpo técnico. Nós temos arquitetos, nós temos engenheiros, nós temos profissionais de diversas capacidades que podem inclusive ser convidados a participar e a contribuir. Com relação à questão de financiamento, principalmente para a Baixa de Sapateiros, eu entendo que o comércio tem uma poligonal de incentivo fiscal, esse mesmo polo que essa poligonal que nasceu lá em 1992 ainda era o da Imbassahy.

O prefeito, quando foi o primeiro, a primeira poligonal de incentivo de S s e U para revitalizar, que era um dos motives para revitalizar a ideia é que a gente possa fazer essa extensão para todos o chamado centro histórico, que envolva comércio e vai até a calçada, que é um dos pontos turísticos que nós defendemos, que é a poligonal da zona de interesse turístico.

Se estenda até a igreja. Ali, Irmã Dulce, que não é que quando você determina uma área como zona de interesse turístico, você abre o leque de financiamento federal. Você pode trazer dinheiro do Ministério das Cidades, você pode trazer dinheiro do Ministério do Turismo, Você pode trazer dinheiro do Ministério de Infraestrutura. Você amplia o leque de capacidade de a rede de arregimentação de recursos para fazer aquela recuperação.

E uma das coisas que nós colocamos que se crie uma linha. Isso já no plano federal, que se crie uma linha de financiamento para os proprietários desses imóveis, nas áreas tombadas, nos moldes como a gente tem o Minha Casa, Minha Vida, que são taxas baixas, para que essas pessoas que são proprietárias desses imóveis, que elas tenham condição de tomar financiamento a taxas baixas para que possam investir justamente são custos elevados.

A reforma de empreendimentos nessas áreas tombadas, mas que elas têm um condição de alto custo nas baixas taxas, conseguir fazer o financiamento e a recuperação de seus imóveis. Quando a gente fala que foram 20 imóveis que foram doados ao município, é porque a dívida de IPTU era alta. O estado de ruína é grande e o proprietário não tem condição de nem de revitalizar e nem de fazer nada.

Então, tome, é teu, faça o que você quiser. E nós temos instrumentos de política urbana no plano que podem ser revertidos. Eles fazem a doação, mas não vão sair sem nada. Eles têm instrumentos de política urbana para que esse incentivo seja feito. A prefeitura pode fazer desapropriação para esse tipo de natureza se quiser, sem precisar desembolsar 0,01 €. Existem instrumentos de política urbana previstos para esse tipo de situação, Então são coisas que, colocadas a título de contexto de desenvolvimento de toda essa.

Essa linha de patrimônio cultural, de patrimônio construído e de patrimônio natural, o Parque do Abaeté. Ele nasceu como um parque municipal e o município não tinha condição de se manter. Então, a gestão passou a ser estadual. Então, são situações que ao longo dos anos, ao longo dos mais de 30, 50 anos, eu falo 50 anos porque eu sou filho de quem elaborou a primeira Lei do Ordenamento da Cidade.

Então, o histórico que eu tinha em casa, então, ao longo de todo esse período, ao longo de todos esses anos, a gente vai construindo uma cidade, a gente vai vendo ela evoluir. Salvador Não foi uma cidade planejada. Ela tem muita, uma topografia extremamente acidentada. Ela é uma península, o que cria um problema de mobilidade muito grande pra gente.

Você tem corredores sendo criados ao longo da avenida paralela da BR, de forma que você consiga fazer com que a cidade se mova. Mas o nosso patrimônio precisa estar alinhado e apto e acessível a tudo isso, que é uma das situações. A gente precisa ter principalmente mobilidade urbana.

Bom. Pessoal, eu comentei aqui. Eu queria só ressaltar algumas questões.

Acho muito interessante a ideia de se fazer um plano municipal de paisagem que englobe a questão ambiental e a questão do patrimônio, porque tem tudo a ver as duas questões, já que patrimônio também lida com a questão da paisagem construída, né? Então, acho uma excelente sugestão. É sobre mobilidade. A fala do representante da Igreja e a fala da doutora Kátia agora também convergem porque a questão do uso industrial que nas indústrias impacta totalmente na questão da mobilidade.

Hoje, a questão da mitigação dos efeitos da mudança climática passam também por ter menos transporte e o plano - pelas cidades. Então, se eu tiver uma usina de concreto mais próxima das construções, logicamente o impacto no caminhão será menor. São questões que. A gente tem que olhar. E é muito interessante essa sugestão também da minha casa, Minha Vida, do patrimônio também.

Eu acho que a gente pode tentar estimular o estudo nessa linha. E então eu acho que são esses insumos que são importantes para a gente olhar e que com isso eu acho que vai permitir que a gente estude de maneira mais aprofundada. Eu queria complementar essa questão do financiamento de imóveis privados na área de patrimônio. Existe Essa casa Existia na época que eu inclusive trabalhei no Monumenta, um programa de ação de intervenções livre por necessidade no Brasil inteiro.

A Bahia tinha três cidades: Salvador, Lençóis, Cachoeira. Que é um programa muito exitoso, se chama Programa de Imóveis de Financiamento de Imóveis Privados. Não sei se ainda está em funcionamento. Não sei se Beatriz tem essa informação, mas era o que era. Era um aporte desse programa. Ele era federal? Tem, participe, Mas também tinha verba do BID, Então existia um aporte a fundo perdido, era distribuído para essas cidades onde esses esses recursos entravam para um fundo e faziam os financiamentos.

A taxa zero.. Fazia a sua remuneração, a correção monetária. Então, vários aqui em Cachoeira e Lençóis foi muito exitoso. O Salvador não, acho que não, que foi até uma outra gestão. É esse recurso que é importante. E isso retroalimenta o fundo. Ele volta para o fundo e esse recurso é reaplicado ou em mais financiamentos, ou em até ações de caráter público, enfim, voltadas ao patrimônio.

Então, isso eu acho que é uma coisa que a gente tem que abordar aqui. E como eu não falei isso, eu falava também, esquecendo como esse recurso oriundo da cultura do turismo, vinculado a cultura, como ele, tem que voltar, porque isso vai para um caixa único e depois é redirecionado para ações. Então isso eu acho que é importante.

E essa gestão municipal posso considerar isso. A gente foi criando e existe. Quando nós fizemos o Plano Diretor, em 2008. Como eu tinha dito, foi o primeiro logo depois do Estatuto das Cidades. Nós fizemos o acréscimo do gabarito da orla, que antes era apenas dois pavimentos. Antes mesmo disso, na época da gestão de Lídice da Mata, existia um projeto de contrapartida, uma lei na realidade de contrapartida, que você poderia subir o número de pavimentos da orla daria uma contraprestação por cada pavimento que você subia.

Isso aconteceu e poucos, pouquíssimos imóveis aqui na região da Pituba. Não, não vingou porque era muito caro e esse recurso era aplicado no Centro Histórico. Ele era ali, ele era rubricado para ser um gasto na região do centro histórico. Já em 2008, nós criamos o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, que era um e um fundo para receber recursos de várias fontes de multas, de doações, de outorgas onerosas.

E porque, principalmente, quem era o maior financiador dele, a outorga onerosa, que era justamente o potencial adicional construtivo na orla de Salvador. Todo e qualquer incremento construtivo ao longo da orla de Salvador. O recurso seria depositado diretamente nesse fundo e este fundo, que é administrado pela Prefeitura, com a aquiescência do Conselho Municipal de Salvador, através das suas comissões técnicas faria e definiria onde esse recurso seria aplicado. Isso, infelizmente, nunca saiu do papel. Não teve outra destinação e outras pessoas da cidade.

Bom dia pessoal, Sou Yure Matos, sou representante aqui da Secretaria de Cultura e Turismo de Salvador e aí eu fiz algumas anotações aqui para a gente a gente falar um pouquinho. Queria saudar a primeira mesa aí, nome de Nelia e dos representantes aí da FGV e a todos os demais. E permita a doutora discordar da senhora em alguns pontos, até porque recentemente eu fui em uma reunião com o MPF e o MPF.

Foi a Cristina Seixas, Allan Cedraz e Vanessa. A previsão era do MPF e nessa reunião ela pediu para tanto o governo federal, o governo estadual e o governo municipal trazer as ações que fizeram e estão planejando para o centro histórico. E assim, nós da prefeitura mostramos várias ações, mostramos vários investimentos, inclusive alguns. Eu vou falar aqui agora. E a gente percebeu que o governo do

Estado e o governo federal não, não tiveram tanto envolvimento assim com a prefeitura.

Vamos lá. Você consegue voltar naquela foto onde mostra aquela não do da cidade da Música, do Arquivo Público Municipal, só pra dar uma contextualizada. Eu não me lembro. Depois pode voltar com esse nível de cultura, porque eu saí de lá calar a boca porque eu não conheço. Não vou falar isso, mas trabalho aqui no quadro fora que são possa.

Bom, vamos lá. Em 2017 a gente teve um programa que eu sou diretor, que é o produtor, programa de Desenvolvimento de incentivo ao turismo nacional e que a gente percebeu naquela época, até então, como o prefeito ACM Neto, que a gente precisava melhorar tanto a renda do povo gasto do turista aqui na cidade.

Isso pra esse dinheiro girar localmente, quanto também a permanência do turista nessa região da cidade onde vocês estão vendo ali a Cidade da Música e a Casa das Histórias, que é o prédio junto com o Arquivo Público Municipal de Cima. Eram dois prédios totalmente abandonados, como a gente tem diversos lá no no Bairro do Comércio. E aí a gente começou essa fase de recuperar esses casarões para virar equipamentos culturais, onde a intensidade da música é a gente tem a casa das histórias e tivemos a requalificação da Praça Maria Felipa, hoje chamada Maria Filipa, e tivemos a requalificação do Elevador Lacerda.

Tivemos a requalificação do mercado Modelo, a criação de uma galeria de artes no seu subsolo. Estamos em construção da Escola de Artes e Música Letieres Leite e do anfiteatro que fica ali do lado. Tem essa imagem aqui em cima. Então, se a gente já conseguiu, através de pesquisas realizadas na Secult, garantir a permanência mais desse turista, ele saiu de um período de tempo para um período a mais de tempo de permanência na cidade, também gastando mais.

Eu não estou com esses dados precisos aqui, mas eu posso pegar e depois passar para quem precisar. Só que só isso não é suficiente. A Avenida Sete também foi uma das obras que a gente fez que a sra. Citou. Só que isso não é suficiente. Dá 18h00, o comércio fica vazio, não tem moradores, não tem habitação, não tem vida, não tem relações amorosas, não tem sentimento de pertencimento, não tem nada disso naquele território.

Com a pandemia, a gente teve algumas perdas. Os as faculdades saíram principalmente que tinha muita faculdade nessa região. Nesse bairro a gente tinha também o BRT ali, que também foi aqui pra Paralela, que saiu de lá. E aí, o que é que a gente fez também? Além disso, que eu já falei, a gente trouxe todas e praticamente todas as secretarias municipais para o bairro do Comércio.

Então assim a gente já fez reuniões com ambulantes, com permissionários dessa região e todos falaram que essa vinda das secretarias foram assim fundamentais para movimentar o comércio deles, porque se não tivesse feito isso, já que saíram as faculdades e saiu também o órgão judicial, eles ficaram muito prejudicados e agora a gente está construindo dentro de um programa novo, que é o PRODER.

Tudo isso para o Detran acabou com alguns desses investimentos aí que estão, que estão na imagem. E nesse programa dois a gente vai focar em habitação. Um dos componentes é habitação também com o BID. É um financiamento externo. A gente está aí para assinar entre dezembro, agora desse ano ou janeiro do ano que vem e a gente tem como meta fazer 300 unidades habitacionais, a princípio para servidores públicos.

A gente vai pegar os imóveis totalmente vazios e provavelmente em ruínas. A gente já está com esse levantamento todo da Fundação Mário Leal, já temos ajuda da SEDUR, ajuda da Sefaz. Então estamos em fase final de construção e nossa meta é fazer 300 unidades habitacionais com a venda. A gente pretende fazer esse ciclo seja sustentável. Lógico que vai ter que ter também o subsídio da prefeitura, porque como falaram aqui, restauro não é barato, então assim não tem como a gente vender para o servidor com o preço total do que vai ser gasto, vai ter que ter esse subsídio da prefeitura.

Porém a gente está agindo. E aí falaram também gentrificação. Mas o que é que a gente pode fazer para gentrificação, para evitar a gentrificação? A gente está propondo não só vender, mas alugar parte desses imóveis, parte dessas unidades habitacionais serem alugadas para os servidores que ganham entre 1 e 2 salários mínimos, que não tem condições de comprar.

Então você garante a permanência de um público com uma renda mais baixa no local. O amigo do IPAC falou da do Santo Antônio ser bem sucedido. Eu acho, em partes porque está muito gentrificação. E como, como a doutora falou, então acho que o Estado e a prefeitura tem que fazer mais mecanismos para a gente, tenha a população local morando nesses territórios.

E aí uma, uma, uma maneira de fazer isso e tomando para si e fazendo os projetos próprios. Essa questão de gentrificação não é um problema só de Salvador. Você vai em qualquer lugar do mundo que tem centro históricos desenvolvido. Você tem esse problema. Barcelona, Lisboa, Porto. Não existe mais população local morando no centro histórico, porque são os grandes empresários que têm esses imóveis e aí a gente não torce para que isso aconteça.

Aqui em Salvador. E como é que eles evitam isso lá? A parte dos imóveis são da prefeitura e aí são alugados, eles tem um aluguel social e aí garante que mesmo rico esteja do lado do pobre, no mesmo território. Então a gente está fazendo e pensando nisso também. Aí eu aproveito a oportunidade do PDDU aqui da revisão para pensar nesses instrumentos que algumas pessoas falaram aqui também.

A gente precisa da ajuda de todos. Não é só o governo também que vai fazer esse território se desenvolver. Tem que vir a iniciativa privada também. Não acho que o governo consiga fazer tudo sozinho. E aí a gente tem que pensar em mecanismos como o hasta pública, que a gente ainda não tem no nosso Plano Diretor, que é para fazer o leilão e fazer.

A prefeitura faz o leilão, mas vende para o privado que o Rio de Janeiro está fazendo. Agora vai ter o leilão dia 2 de dezembro, ainda os primeiros imóveis no

Centro histórico e aí eu vou acompanhar para ver se vai ser bem sucedido. Se houve outras coisas que eu anotei aqui. Ali também é bom vocês enxergarem. Por exemplo, a gente tem o prédio do Arquivo Público Municipal, que é aquele prédio com brises, que imita madeira, mas é de alumínio.

Olha, a gente recuperou todo o acervo histórico da cidade. Hoje a gente tem o acervo histórico da cidade, que ficava em um prédio que não tinha condições e largado por vários prefeitos. Aí a gente não está falando dos prefeitos atuais aí que passaram recentemente, é porque está lá esses planos que foram feitos urbanísticos, os primeiros do Brasil e o primeiro de Salvador, estão lá.

Nesse arquivo público. Vocês podem acessar qualquer pessoa hoje tem acesso. Você agenda, pega o documento, recebe, tem uma área exclusiva para você sentar com calma se quiser paz sem barulho. Tem salas individuais para você estudar. Então a população não tinha esse serviço ofertado pela prefeitura. A gente disponibilizou isso. A gente indenizou, acomodou todo o acervo histórico, que é um dos mais importante da América Latina.

Afinal, a gente tá falando de Salvador, a primeira capital do Brasil. Os primeiros atos administrativos do Brasil estão aqui e estão aí, dentro desse prédio. Porém, sabemos também que vários desses atos eram feitos pelos pelas pessoas brancas e pelos portugueses. Então a gente não tem registro das pessoas pretas da cidade e a gente traz esse tema para ser discutido no equipamento cultural da frente, que é a Casa das Histórias.

Salvador é justamente para fazer esse confronto dos documentos legais com a visão da cidade, visão da sua população, que muitas vezes não era retratada nesses documentos. Então é um centro de interpretação de patrimônio. A gente estava com uma exposição lá da Revolta dos Malês. Então pra trazer mesmo a população pra ver esses documentos que não estão no Arquivo Público e trazer essa provocação, tipo assim, como é que a gente quer uma cidade pro futuro, pra ser inclusiva?

E aí eu vi a minha amiga ali do do IPHAN. Eu acho que um dos temas também que a gente tem que abordar é a questão de inclusão. Como é que a gente faz para prédios tombados individualmente e também para ruas em sítios tombados? Como é que ela começa a ser vista para se tornar acessível? Eu acho que é uma grande dificuldade.

Então eu acho que é uma das discussões que a gente pode ter também, porque é difícil você fazer acessibilidade em prédios que são tombados individualmente. Eu vi alguém falando de segurança no bairro do Comércio. O bairro do Comércio realmente é um dos bairros mais seguros de Salvador. Porém, a sensação de insegurança é muito grande, então a gente tem que desconstruir isso.

E eu acho que fazendo investimentos e trazendo a ocupação, como o amigo do IPAC falou, que tem ocupação com bens culturais, a prefeitura também tem. Eu acho que isso vai acabar trazendo essa perda de sensação de insegurança, porque

quando você pega, não tem mortes no comércio, só roubo de correntinha, puxada de correntinha de turista, da pessoa que está trabalhando, mas não tem assaltos com arma de fogo, não tem mortes.

Diferente de várias outras localidades de Salvador. O Minha Casa, Minha Vida Retrofit, que veio esse ano com a Caixa Econômica Federal também. Eu acho que é uma oportunidade pra gente ler e estudar, pra saber o que é que a gente pode ajudar nesse sentido. A gente ainda não tem nenhum investimento na cidade fazendo Minha Casa, Minha Vida, Retrofit, mas eu acho que nos próximos anos tende a ter porque acabou de ser lançado também, né?

Então as pessoas e os do consórcio de imobiliários aí vão começar a estudar e ver que dá pra fazer. E a gente vai. A gente não tem um imóvel no começo, como eu falei, a gente vai fazer um programa de habitação, a gente sem ter o imóvel, mas a gente vai fazer ou desapropriação ou outros mecanismos, como encampação, como consórcio imobiliário, que inclusive já está disposto no PDDU, mas nunca foi usado.

Então a gente quer ser inovador. Porém, o governo estadual, o IPAC, tem vários imóveis ali na parte de cima do centro histórico, principalmente mais de 100 imóveis e se vocês unirem esse esforço junto com a gente que a gente vai fazer no começo, eu acho que fica aí um centro histórico mais, mais desenvolvido. Então eu chamo também o governo estadual a pensar em projetos de habitação aqui para a parte de cima, já que tem tantos imóveis e já é meio caminho andado você ter um imóvel.

Fica aí o pedido de mobilização.

E sobre fechar o Festival Salvador Capital, acho que depois virou uma política pública de cidade. Eu vi também a promotora falando que é uma coisa específica, que da Secult realmente surgiu assim. Foi um festival só da capital, acho, dentro do plano, acho que foi feito na Secult, porém ele expandiu e virou uma política pública de cidade. Então nosso carnaval já foi o carnaval Salvador, o capital alvo.

Nossas ações no novembro já são ações do mês de novembro. Salvador Capital Afro. Então a gente, a gente conseguiu expandir isso para a cidade. Todas as ações que a gente está fazendo está fazendo de promoção de Salvador lá fora, como salvador do capital. Então a gente fortaleceu nossa identidade, está vendendo culturalmente também nossa cidade dessa forma. Então eu não acho que seja mais uma ação isolada da Secult.

Eu acho que é uma ação que a gente pode sim pensar para a cidade, porque diferente de Salvador, é isso. A gente tem praias belíssimas, a gente tem patrimônio imaterial belíssimo, mas o nosso patrimônio imaterial, nossa gente, nossos, o nosso povo, a cidade mais negra fora da África é realmente o importante e é o que tem que ser levado em conta.

Estamos em época de Copa que no Brasil. Então fazer retrofit também tem toda essa questão de sustentabilidade, você aproveitar uma massa construtiva que está inutilizável. Então eu acho que é mais um ponto positivo para a gente pensar. Eu estou falando muito do centro histórico, porque o programa não só é voltado para o

centro histórico que o amigo falou ali, mas o primeiro tem que vir para a cidade inteira.

Salvador é uma cidade muito acidentada, como alguns falaram aqui também. E quem está na área de risco, e eu trabalhei também na Codesal, fui engenheiro há um tempo. Quem está em área de risco e quando chove sofre as consequências E a população preta? E a população pobre da cidade. Então, assim como que também a gente faz essa revisão do Plano Diretor para fazer essas adaptações nos territórios, porque eu acho que não adianta nem mais mitigar.

Eu acho que a questão agora é de adaptação mesmo. A gente está tendo chuvas cada vez mais fortes. Choveu ontem o que era para chover no mês inteiro de novembro. Em um dia não tem sol que aquece. A gente vê cidades assim em territórios desenvolvidos, que sofrem com chuva e sofrem as consequências também. Então, eu acho que tudo isso tem que ser pensado e em nome aqui da Secult que a secretaria está a disposição.

A gente tem alguns materiais lá, inclusive me pediram para continuar esse diagnóstico e a gente ter aí uma cidade cada vez mais inclusiva e justa. Obrigado.

Bom dia colegas. Eu não vou me estender muito, eu sei por conta da avançada do horário e também ter outras pessoas querendo falar. Pra quem não me conhece, sou Wagner Rocha, estou diretor de Patrimônio e Equipamentos Culturais da Fundação Gregório de Matos e pra gente é uma pauta muito rara essa discussão de patrimônio e cultura pensando a revisão do PDDU:

E aí ouvindo também muitas e muitas falas que trouxeram questões que são delicadas para a cidade. E aí eu agradeço já a Yure e que foi bom que ele falou um pouco antes de mim, que aí já economiza trazer alguns pontos que eu acho que são importantes. Mas eu queria ponderar duas questões. Basicamente uma que a gente sabe do potencial turístico da cidade e da sua importância para a economia de Salvador.

Mas eu acho que a gente precisa pensar no poder que essa cidade tem que ser boa para quem mora na cidade. É importante saber acolher o visitante, receber bem o turista, tudo mais e oferecer essa infra estrutura e essa cartela de serviços e de opções culturais para o turista, o visitante, mas precisa pensar na cidade e o direito a cidade passa pelo direito a cultura.

E aí, nesse sentido, eu queria falar um pouco sobre o programa Boca de Brasa e a importância dos equipamentos que estão para fora do centro antigo do Centro Histórico de Salvador. A gente tem três equipamentos instalados um em Cajazeiras, um no subúrbio 360, que é ali em Coutos, na região de Coutos e outro espaço cultural também na Valéria, Valéria e outros em Cajazeiras.

E está afim de descentralizar essas opções de equipamentos e de fruição cultural, porque é importante de pensar a cidade a partir também disso. É uma outra questão, que é O segundo ponto que eu queria trazer é a questão também da gente

pensar nesse processo de direito à cidade de Direito, A cultura de ações, de educação patrimonial. Parece que é algo que não tem muito a ver.

Mas eu só vou trazer um exemplo para a gente compreender melhor. A gente sofre muito aqui em Salvador com a questão do vandalismo, com monumentos, com esculturas, com bustos, enfim, que estão instalados nas áreas públicas. E a gente entende que esse processo de entender, de compreender quem, quem são aqueles vultos, quem são aqueles monumentos que a gente só valoriza, que a gente conhece, nem está entendendo a importância também da gente pensar e se PDDU também nesse processo das próprias pessoas, habitantes da cidade, também adotar esses monumentos, entender a importância desses, desses bustos, dessas esculturas são instaladas em via pública pra gente evitar essas ações de vandalismo, favorecer que as pessoas possam cuidar e entender que a cidade é nossa. Então, assim, nesse sentido, queria só trazer essas duas ponderações. E por fim, a gente tem uma legislação do patrimônio. Embora Salvador seja uma cidade, patrimônio, uma legislação muito recente, a legislação é de 2014, fez 11 anos completando 11 anos esse ano, mas que é muito efetiva no ponto de vista dos processos de reconhecimento de tombamento de região especial, das das ações, das manifestações e materiais.

E aí a gente tem um Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de Salvador, que a Sedur tem acento e que o IPHAN e outros órgãos representativos também a UFBA. A professora Rosana, que falou um pouco mais cedo, também faz parte do nosso Conselho consultivo, que é aquele lá isso também da Seduc, estando no Conselho de Patrimônio e eu gostaria de solicitar, se possível, com essas peças, esses debates forem mais avançado, se tiver um diagnóstico melhor, se a gente puder compartilhar isso até estar realmente no conselho, conselho do Patrimônio Cultural de Salvador, para levar também para que a gente possa ter essa discussão mais ampliada. É isso, gente, muito obrigado.

Bom dia a todos, Todos, todos. Eu sou Rejane. Estou diretora de Promoção da Igualdade Étnico Racial da Secretaria da Reparação, embora nós tenhamos recebido inclusive a solicitação e responderemos oficialmente, e somos instrumentos, indicações de legislações, relatórios, todo o arcabouço fundamental para a discussão. Mas achei importante pontuar aqui duas questões prioritárias com relação a povos de terreiros de religiões matriz africana, templos de religiões de matriz africana e comunidades quilombolas.

Importante é que esteja demarcado de forma expressa, inclusive com a inserção dos terreiros já já referenciados. Nós temos cerca de 1000 terreiros já referenciados a partir do cadastramento de terreiros da Secretaria da Reparação. Então nós responderemos oficialmente. Mas é importante, como também fica gravado e para que essa discussão também seja incorporada no Conselho Municipal das Comunidades Negras, a importância de que esse conselho seja também convidado a participar desses momentos.

Então, além dos terreiros referenciados, cerca de 1000 terreiros, temos as comunidades quilombolas de Ilha de Maré, as comunidades certificadas de Ilha de Maré, de Salvador tem comunidades certificadas e do Alto do Tororó. Então temos a Ilha de Maré e temos a comunidade do Alto do Tororó, que também é uma

comunidade quilombola. E que nas audiências esses encontros serão aí mais pra frente acontecerão nessas audiências.

Nós tenhamos assegurada aqui alguma, pelo menos dessas audiências ocorra no território das comunidades de Ilhas Maré. Então, que a comunidade não seja só convidada a estar presente, que é fundamental que também esteja em todas elas, mas que uma das audiências esteja no espaço territorial das comunidades, inclusive. E aí, obviamente, para uma discussão mais aprofundada, pensasse na possibilidade de um capítulo de pensar num capítulo.

Para essas questões mais específicas desse patrimônio afro religioso da nossa cidade. Então, talvez fosse interessante pensarmos de forma mais específica, compreendendo a especificidade da nossa cidade com essas considerações. Foi e foi bem breve. Eu sei que está todo mundo querendo sair, então não vou aprofundar. Se você quer. Conhecer e depois você também vai procurar também ser breve e revisitando um pouco do que a doutora Hortência tinha falado.

E eu peço desculpa, mas eu não consegui pegar o nome da última ou o que ela tinha mencionado. Eu queria só trazer como uma consideração o que eu também não tenho conhecimento de como está construído a metodologia de trabalho, de como é que vai estar sendo conduzida esse processo e se esse momento também pode ser uma oportunidade de refletir sobre essa condução.

Eu gostaria de fazer também uma consideração nesse sentido. A gente está hoje com a mesa de Patrimônio e Cultura e, evidentemente, se a gente está falando de pessoas, se a gente está falando de cultura e do território como elemento essencial para toda a construção da da dimensão da cidade, eu acho que poderia ser interessante avaliar a possibilidade de cruzamento de algumas temáticas para construção de alguns espaços posteriores.

Então, nesse sentido, colocando por exemplo, pensando do ponto de vista de terreiros tombados, existe uma questão relacionada a dimensão do terreiro. Mas as áreas verdes da cidade de Salvador, que muitas vezes estão para além, inclusive de algumas delimitações, também precisam ser pensadas de modo integrado. Então, não gostaria de deixar de considerar também que falar de cultura é falar de uma série de outras questões que também precisariam estar incorporadas.

E acho que é muito importante, especialmente porque com essa questão que a gente tem de problema de regularização fundiária, é de um desafio muito grande, inclusive de construções que vão estrangulando muitos desses territórios. A preservação de áreas verdes não necessariamente corre como parte desse terreno. Também são utilizadas e precisariam também ser olhadas como formas de preservação desse patrimônio cultural.

Falando especificamente. Mas assim, para dar um exemplo de outras temáticas que atravessam a questão da cultura e especialmente porque recentemente, inclusive da própria prefeitura, eu tinha participado de um evento que tinha sido realizado sobre a questão dos destinos inteligentes, pensando no âmbito do turismo. É uma fala que foi dita. Acho que é muito representativa e bacana que já esteja sendo colocada em algumas atividades da prefeitura.

Essa dimensão de que o morador é o porta voz, o turista, ele quer chegar, ele quer perguntar para qualquer pessoa da esquina e tirar uma dúvida sobre transporte, sobre moradia, sobre segurança. E ele não quer chegar e perguntar E a pessoa dizer não vai por aqui, não pega. E eu acho que tudo isso precisa ser pensado que no final das contas, a gente está falando de uma dimensão que precisa ser pensada de modo integrada, porque o patrimônio cultural, separadamente ele não consegue ter êxito.

Então só uma coisa só complementando rapidinho o que a Bia colocou aqui também a questão da memória das favelas 40%, se não me engano, 40% da cidade de Salvador ocupada por comunidades. Tivemos lá no Rio lá, tempos atrás, um programa dentro do órgão de patrimônio. Exatamente fazendo esse trabalho da memória, das comunidades, da memória da favela. E foi inclusive publicado um livro todo ano da primeira favela do Brasil, que é o do Morro da Providência.

Eu acho que é um item que é uma realidade muito presente em Salvador também.

Muito rapidamente. Mas dá para dialogar com Yure e nós temos críticas dos poderes públicos, mas não achamos que só vem coisas ruins, seja em nível municipal, estadual ou federal. Tem um projeto recente do IPHAN que articula moradia com o patrimônio que por muito tempo houve, além da criminalização.

Do movimento social e daqueles que ocupam um setor que, na verdade, são os que resistiram, que fizeram com que o centro histórico se mantivesse. Até hoje eu estou me referindo a classe trabalhadora, a população afrodescendente que sempre foi alvo de despejo de exclusão e ações violentas por parte do aparato da segurança pública do Estado. Então, além desse aspecto, a gente articular moradia e patrimônio e essas famílias dotada de recursos, elas que já fazem a sustentação, vão poder fazer isso de forma mais qualificada ainda, com a ajuda, inclusive da assessoria técnica.

Então, a solução interessante que eu acho que a gente tem que considerar é você falou do retrofit. Eu queria dizer de que algumas entidades, o movimento de moradia, se juntaram a bancar um projeto de retrofit no comércio que articula com essa área que a gente está discutindo Centro histórico, comércio e que prevê questões na área de cultura, mas também de emprego e renda.

E até então nós temos tido uma preocupação muito específica com unidades habitacionais, mas precisa entender essa dimensão da habitação enquanto direito à cidade, incluindo a questão de patrimônio, a questão de cultura, mas também de emprego e renda. Então, nesse projeto que a gente está articulando através do Minha Casa, Minha Vida, entidades, mas a gente quer muito a parceria da prefeitura, do Estado.

A União já se faz presente através do Ministério das Cidades, da SPU, porque essa área foi publicada no Diário Oficial por conta de uma provocação nossa. Existe um fórum chamado Democratização dos Imóveis e por esse caminho nós estamos fazendo, pleiteando e nessa área a gente pretende que tenha o centro de

acolhimento, a população de rua, um restaurante popular, uma área de treinamento para as pessoas, as famílias que vão ali morar aproveitando aquela a tendência naquela área que é de mecânicos, área moveleira. Então a gente busca aperfeiçoamento e também busca fazer com que essas pessoas tenham acesso ao emprego e renda também. Trabalhar com a cultura de economia solidária, enfim, e articulando sobre a biblioteca, creche e articulando sobre tudo a questão da cultura. Então, só para dialogar com tua fala, obrigado.

141125-122030

Bom, só finalizando, só queria agradecer a contribuição de todos, eu acho que foi extremamente produtivo para nós, para a equipe da FGV, que está com a responsabilidade de produzir esse diagnóstico, lembrando que a integração entre as áreas virá na sequência, quando a gente, a integração entre as áreas virá na hora das proposições, justamente. Por isso, o diagnóstico ele é feito muito setorialmente, nós temos o diagnóstico da área de cultura, temos o diagnóstico da área de habitação, de mobilidade, de infraestrutura, de urbanismo, quer dizer, a gente faz o diagnóstico de maneira totalmente separada e depois, na hora das discussões das diretrizes, aí sim, virá a integração. Por isso, uma equipe multidisciplinar e, por isso, uma reunião temática como essa.

O diagnóstico, como eu disse, está sendo feito separadamente. É lógico que, em vista dessa conversa aqui de hoje, com certeza nós vamos trazer subsídios já mistos, mas não há, assim, não dá para a gente, no diagnóstico, pensar em mobilidade e infraestrutura, tudo ligado a patrimônio. A ideia é setorializar, porque a gente tem especialistas em cada área, para, justamente, depois poder fazer a junção.

Então, por isso, essa reunião técnica foi muito interessante. A gente teve aqui representantes de todos os órgãos de patrimônio, carnaval, turismo, que era exatamente o que a gente precisava para ajudar a equipe a olhar com uma lupa determinados temas que, às vezes, não estão no radar de cada um. Então, eu queria agradecer e colocar a FGV à disposição.

Gostaríamos de receber esses insumos, para que a gente possa avançar no trabalho. Bom, gente, eu queria agradecer. A gente tentou convidar uma diversidade dentro do tema, de trazer atores novos com outro pensamento e dizer que o site, provavelmente, semana que vem, deve estar pronto.

Toda a gravação vai estar no site. A gravação, bem como a transcrição, vai estar no site. E agradecer muito pela colaboração.

Eu acho que o que vocês trouxeram vai ser muito importante para a gente, para a FGV, e dizer que a SEDUR, bem como o GT, está à disposição para qualquer dúvida, qualquer participação. Vamos ter um link dentro do site,

escrito Participa Salvador. E aí, vai estar aberto ao público, à sociedade, de uma maneira geral.